



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Isabelli Sivalli Liberio de Melo

Biopoder e Fronteiras Internacionais: Estudo de caso sobre os refugiados na Turquia

Florianópolis
2023

Isabelli Sivalli Liberio de Melo

Biopoder e Fronteiras Internacionais: Estudo de caso sobre os refugiados na Turquia

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Lenzi

Florianópolis

2023

Melo, Isabelli Sivalli Liberio de
Biopoder e Fronteiras Internacionais : Estudo de caso sobre
os refugiados na Turquia / Isabelli Sivalli Liberio de Melo ;
orientadora, Maria Helena Lenzi, 2023.
81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em
Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Biopoder. 3. Fronteiras
Internacionais . 4. Refugiados. 5. Turquia. I. Lenzi, Maria
Helena . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação
em Relações Internacionais. III. Título.

Isabelli Sivalli Liberio de Melo

Biopoder e Fronteiras Internacionais: Estudo de caso sobre os refugiados na Turquia

Florianópolis, 22 de novembro de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Maria Helena Lenzi
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Ana Paula Nunes Chaves
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Certifico que esta é a versão **original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora

Profa. Dra. Maria Helena Lenzi
Orientadora

Florianópolis, 2023

Dedico esse trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meus agradecimentos vão a Deus, a Nossa Senhora, e ao meu Anjo da guarda, por sempre me guiarem e me protegerem durante todo o meu caminho e percurso. Todas as oportunidades que tive, foram graças a Deus, que me presenteou com a minha família. Assim, agradeço aos meus pais e a todos da minha família, por sempre me apoiarem, por fazerem o possível e o impossível para eu trilhar o meu caminho, e por sempre se fazerem presentes, mesmo que há quilômetros de distância. Cada vídeo chamada, áudio, mensagem, visita, foram essenciais na minha trajetória até aqui, e sem o suporte e a admiração de vocês, nada disso seria possível.

Agradeço o meu namorado, por ser o meu ponto de desabafo, risadas, conversas, apoio. Por sempre me lembrar do motivo pelo qual estou aqui, por me fazer ficar, por me ouvir e me acalmar nos momentos de desespero, os quais foram recorrentes durante o período de escrita desse trabalho. Agradeço a minha sogra, pela acolhida em sua casa, pelos domingos em família, pelos filmes assistidos, pelos momentos que me reenergizavam para o trabalho.

Agradeço a minha orientadora, que desde o começo me alertou que eu não conseguiria salvar o mundo com esse trabalho, e me ajudou a me expressar e delimitar a minha pesquisa. Agradeço a disposição e os dias de trabalho nos fins de semana de sol, e pela verdadeira orientação nessa pesquisa.

Agradeço os meus amigos, de longe, e de perto, os novos e os velhos, por se fazerem lar desde o meu primeiro dia na UFSC, por cada risada, cada festa, cada almoço/janta no RU, cada surto em conjunto. Cada um de vocês foi essencial durante esse período, e sem o apoio, amizade e confiança, essa fase não teria sido a mesma.

Agradeço a vida por cada oportunidade que me foi concedida, por cada projeto que participei dentro da universidade, que me mostrou um caminho dentro das infinitudes de possibilidades que ali estão. Cada aula, cada professor, cada projeto, cada estágio, moldou a minha experiência de um jeito único. Agradeço a chance de ter vivido a UFSC, rodeada de pessoas incríveis e singulares, que me apoiaram desde o início e fizeram possível a finalização desse trabalho.

RESUMO

A demarcação de um território por um Estado soberano para o estabelecimento de uma nação representa um marco para as Relações Internacionais. A partir desse momento, há um maior apreço pela população que compõe esse local e as questões acerca do controle dessa região, com a garantia e sobrevivência desse conjunto, configuram um objetivo político para o Estado. Atualmente, observa-se um aumento do fluxo de imigrantes ao redor do globo, motivado por guerras, perseguições, violações de direitos humanos, à exemplo da “Crise de Refugiados” em 2015, motivada pela Guerra Civil da Síria, em que cerca de 2,5 milhões de sírios buscaram refúgio na Turquia, devido à proximidade com o país, e por representar uma porta de entrada para o continente europeu. Em detrimento de uma maior abertura e proteção para esses indivíduos, barreiras são impostas pela maioria dos Estados modernos, com o enrijecimento das fronteiras internacionais e políticas migratórias, assim como a criação e reprodução de uma imagem com caráter xenofóbico desse ser, para limitar e dificultar o seu movimento. Considera-se esses três aspectos relacionados às fronteiras, as suas dimensões, que são distinguidas como física, política e social. Nesse sentido, políticas de controle e gestão dessa população são aplicadas pelos governos dos Estados, desde a sua fundação, para garantir a segurança e o pleno desenvolvimento da sua nação. A biopolítica insere-se nesse contexto de políticas adotadas sobre a vida, nas quais os mecanismos de segurança e disciplina são implementados para exercerem um biopoder sobre essa população, ao formular políticas que classificam ameaças que devem ser extintas desse território. Dessa forma, o trabalho a seguir realizará uma revisão bibliográfica sobre o conceito de biopolítica e biopoder para Foucault, a partir da leitura de artigos acadêmicos, livros, dissertação e monografia acerca do tema, a fim de demonstrar como as dimensões observadas nas fronteiras internacionais são utilizadas como instrumentos do biopoder, por realizarem a gestão da população. Esse controle é potencializado na ocorrência de fluxos intensos de imigrantes, caso observado na Turquia, e, portanto, espera-se demonstrar que as dimensões das fronteiras, à exemplo da gestão turca, realizam a máxima do “fazer viver” uma parte da população, às custas que “deixam morrer” aqueles considerados uma ameaça para a segurança da nação, que correspondem aos refugiados sírios analisados nesse trabalho.

Palavras chaves: biopolítica; biopoder; fronteiras internacionais; refugiados; Turquia.

ABSTRACT

The demarcation of a territory by a sovereign state for the establishment of a nation represents a milestone for International Relations. From this moment on, there is a greater appreciation for the population that makes up this area, and issues regarding the control of this region, with the guarantee and survival of this group, constitute a political objective for the state. Currently, there is an increase in the flow of immigrants around the globe, motivated by wars, persecutions, human rights violations, as exemplified by the "Refugee Crisis" in 2015, prompted by the Syrian Civil War, in which approximately 2.5 million Syrians sought refuge in Turkey due to its proximity to the country and its representation as a gateway to the European continent. Despite the need for greater openness and protection for these individuals, barriers are imposed by most modern states, with the tightening of international borders and migration policies, as well as the creation and reproduction of a xenophobic image of these individuals to limit and hinder their movement. Three aspects related to borders, namely physical, political, and social dimensions, are considered in this context. In this sense, policies for the control and management of this population have been applied by state governments since their foundation to ensure the security and full development of their nation. Biopolitics is inserted into this context of policies adopted regarding life, in which security and disciplinary mechanisms are implemented to exert biopower over this population by formulating policies that classify threats that must be eliminated from this territory. Thus, the following work will conduct a literature review on the concept of biopolitics and biopower for Foucault, based on the reading of academic articles, books, dissertations, and theses on the subject, in order to demonstrate how the dimensions observed at international borders are used as instruments of biopower by managing the population. This control is intensified in the occurrence of intense flows of immigrants, as seen in Turkey, and therefore, it is expected to show that the dimensions of borders, as exemplified by Turkish management, carry out the maxim of "making live" a part of the population, at the expense of "letting die" those considered a threat to the security of the nation, corresponding to the Syrian refugees analyzed in this work.

Keywords: biopolitics; biopower; international borders; refugees; Turkey.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	AS BASES DO BIOPODER E A TURQUIA	17
2.1	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1.1	Pensamento inicial sobre a biopolítica	18
2.1.2	Biopolítica para Michel Foucault.....	20
2.1.3	Biopoder para Michel Foucault	25
2.2	A TURQUIA E OS REFUGIADOS	26
2.2.1	Fim do Império Otomano e delimitação do território turco	27
2.2.2	Guerra Civil na Síria	30
2.2.3	Legislação pertinente.....	32
2.2.4	“Crise de Refugiados” de 2015	34
3	GESTÃO DOS REFUGIADOS NA TURQUIA.....	38
3.1	FRONTEIRA FÍSICA E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS.....	38
3.1.1	Estabelecimento das fronteiras físicas	39
3.1.2	Política das Fronteiras.....	40
3.2	BIOPODER DA DIMENSÃO FÍSICA E POLÍTICA DAS FRONTEIRAS.....	43
3.3	ANÁLISE DA FRONTEIRA FÍSICA E DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS TURCAS SOB A ÓTICA DA BIOPOLÍTICA.....	46
3.3.1	O Acordo entre Turquia e União Europeia após 2015	47
3.3.2	Gestão fronteiriça da Turquia sob a perspectiva do biopoder.....	51
4	A IDEIA DO REFUGIADO NO IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO	57
4.1	FRONTEIRA SOCIAL	57
4.2	O BIOPODER DA DIMENSÃO SOCIAL DAS FRONTEIRAS	59
4.3	FRONTEIRA SOCIAL DA TURQUIA.....	61
4.3.1	Políticas sociais adotadas pela Turquia	61
4.3.2	O papel da mídia na construção do “outro”	66
4.3.3	Biopoder da dimensão social da fronteira da Turquia.....	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

Fronteiras, Estados Modernos, soberania, controle e poder são conceitos presentes nas Relações Internacionais para compreender o uso desse espaço considerado por muitos autores como abstrato, formado por países, organizações, governos, entre outros. O estabelecimento dos Estados Modernos produziu consequências que impactaram o cenário internacional de inúmeras formas, e com o advento da globalização, em um suposto mundo sem fronteiras, a circulação de indivíduos, mercadorias e riquezas se intensificaram no cenário mundial. Com a ascensão do neoliberalismo, há um apelo cada vez maior para a livre circulação, principalmente de bens e serviços, porém, ao se tratar do fluxo de imigrantes, com a suposta liberdade para movimentar-se, um discurso que remonta ao impedimento desses deslocamentos tornou-se preponderante em diversos Estados. Na contemporaneidade, os governos eleitos, em sua maioria, democraticamente, adotam medidas e políticas para lidar com essa circulação, com impacto direto na vida da sua população e de outros que desejam adentrar seu território.

Compreende-se que a gestão da circulação está relacionada a um conjunto de indivíduos, que possuem valores, interesses, identidades, que compõem a população. Assim, observa-se que o objetivo principal de grande parte dos governos seria manter essa população em segurança, para garantir a sua legitimidade, e isso está diretamente relacionado com a vida dos indivíduos dispostos sob a sua soberania. Nesse sentido, insere-se o estudo de caso deste trabalho, com a análise da gestão da população refugiada na Turquia. O país é considerado um elo entre civilizações, por representar uma ponte entre o continente asiático e o europeu. Devido à fronteira existente com a Síria, que está em guerra civil desde 2011, há um grande fluxo de refugiados que buscam proteção nesse território, além de utilizarem o país como uma travessia para o continente europeu.

Assim, com a entrada em massa da população síria no território turco, urge a necessidade do controle desses indivíduos, para garantir o desenvolvimento, segurança, e a vida da nação turca. Esses aspectos constituem um objeto de trabalho para o governo, que passa a adotar políticas e medidas para garantir o pleno desenvolvimento da sua população, em troca da sua legitimidade e permanência no poder. Dessa maneira, com o fluxo migratório crescente ao redor do globo, a chegada em massa de migrantes em um determinado território, a exemplo da situação vivenciada pela Turquia, configura-se uma questão que necessita da ação dos governos para geri-lá, já que isso impacta diretamente no seu território e em sua nação.

Destarte, a partir da observação desses fatores, surge a necessidade de compreender de que maneira os Estados Modernos realizam o controle e gestão da sua nação e quais dispositivos são utilizados para tal. Por se tratar da vida da sua população, pode-se afirmar que há uma biopolítica envolvida nesse controle.

Ainda que não seja um conceito aprofundado no campo das Relações Internacionais, o termo da biopolítica possui extrema importância para analisar os fatores que constituem a regulação da vida. Um dos grandes teóricos que realizou estudos acerca desse conceito consiste em Michel Foucault, filósofo francês, que possuía um entendimento acerca da população como um corpo que produz riquezas, bens, serviços e, por isso, deve ser assistida e assegurada. Assim, essa “política sobre a vida” (Lemke, 2018) desenvolve-se por meio de tecnologias de poder expressas por estimativas, médias e estudos que são utilizados para gerir as necessidades da população, a fim de garantir as condições necessárias para que ela se desenvolva de forma segura e aceitável, com a antecipação de riscos. Ou seja, a partir dos estudos sobre a população, a biopolítica leva em consideração os perigos que possam interferir nela, e adota políticas e medidas para evitar esse cenário danoso sobre ela (Caponi, 2014).

A partir desse entendimento, Foucault (2008) apresenta o que emerge da biopolítica e dos seus mecanismos de segurança e disciplina, que seria o biopoder. Nesse sentido, para garantir a segurança da população, as ameaças que são identificadas dentro do espaço de soberania do Estado, precisam ser extintas e evitadas. O governo, por possuir a função de gestão da vida, tem o dever de garantir a sobrevivência da sua população e a exclusão de possíveis ameaças. Para Edgardo de Castro (2004), isso se reflete na ação de abandono à morte, ao invés do poder de matar, o qual ocorria com a existência do Soberano até o século XVII. Em nome da segurança da população, sob a perspectiva da biopolítica, mecanismos de segurança e de disciplina são adotados para garantir a vida desse conjunto, ao passo que as ameaças são excluídas dessa política, classificadas pelo racismo do Estado, e assim, materializa-se o biopoder que os governos possuem em relação a sua população. Faz-se então a máxima de “fazer viver e deixar morrer”, em que a gestão e extensão da vida tornam-se o objeto político dos governos (Araújo, 2006).

Ao utilizar a abordagem de biopolítica de Foucault para interpretar as relações atuais entre fronteiras, pode-se atribuir essas características supracitadas ao governo. Por se tratar de democracias modernas liberais, o governo é considerado como aquele eleito e formado pela própria população, que dispõe dos mecanismos legais para garantir o pleno desenvolvimento desse local. Assim, nesse trabalho, as características atribuídas ao Soberano por Foucault

(2008), após o século XVIII, são interpretadas como o papel do governo, realizado pelas entidades governamentais que ele possui à sua disposição.

Essa lente teórica foi escolhida para analisar como os Estados Modernos utilizam suas fronteiras para realizar a gestão da população. Dessa maneira, a partir da leitura sobre fronteiras internacionais, observou-se que esse instrumento possui esferas que podem ser analisadas de maneiras distintas e conceitualizadas a partir de três dimensões: a física, a política e a social.

Posto isso, entende-se que as fronteiras possuem um caráter físico, de limites territoriais, cuja existência serve para controlar a entrada e saída de indivíduos dentro desses territórios, os quais, por serem de outras nacionalidades e com propósitos distintos, impactam de diversas formas e aspectos o meio que adentram.

A dimensão física da fronteira está relacionada com a delimitação de um território. Nesse quesito, foi analisada a criação dos Estados Modernos e a demarcação dos espaços construídos por eles, a fim de proteger e garantir a sua soberania sobre esse local. Dentro desse espaço, também há o desenvolvimento de uma nação e, portanto, o controle da fronteira física é exercido em nome da segurança e proteção da população nacional.

A sua dimensão política refere-se às ações e medidas adotadas para lidar com as questões que perpassam o controle físico, ou seja, ela instrumentaliza em atos as medidas que são tomadas sobre esse espaço. Isso refere-se às políticas migratórias, visto que a entrada de imigrantes nesse novo território está relacionada à fronteira física que ultrapassam para adentrar nesse local.

A dimensão social refere-se às questões culturais que são enfrentadas devido à existência dessa população com valores, culturas e costumes. O imigrante que adentra esse território enfrenta barreiras sociais, devido à existência de uma cultura adotada pelo Estado para ser reproduzida como a dominante, pautada na sua nação. Nesse sentido, aquelas culturas consideradas diferentes, “estranhas”, dos “outros”, sofrem com a xenofobia e exclusão dentro desse território, e somado a isso, está o impacto que a mídia possui ao intensificar a criação da imagem do “outro” como um ser não pertencente àquele local.

Assim, em um primeiro momento de análise, considerou-se que as três dimensões das fronteiras eram distintas e poderiam se relacionar com a biopolítica de uma única maneira, que se complementavam ao final. Contudo, com o avanço dos estudos acerca do tema, compreendeu-se que a dimensão física e política estão relacionadas, já que a política instrumentaliza as ações adotadas sobre o território físico. Portanto, a abordagem física e política da fronteira foram analisadas em conjunto.

Neste trabalho, parte-se da hipótese de que as fronteiras internacionais, na sua dimensão física, política e social, são utilizadas como instrumentos do biopoder, para realizar a gestão da população migrante. Para testá-la, foi realizado um estudo de caso sobre o território da Turquia, e o seu gerenciamento realizado durante o ápice da “Crise de Refugiados” em 2015. Portanto, o objetivo geral do trabalho consiste em demonstrar, como ocorre a gestão e controle da população refugiada síria, por meio de análises das dimensões das fronteiras da Turquia. Assim, busca-se compreender esses artifícios de controle migratório como instrumentos do biopoder, tal como definido por Foucault, por exercerem uma condução sobre a vida desses indivíduos, fazendo-os viver ou deixando-os morrer.

Para atestar como essas dimensões das fronteiras são utilizadas pelos Estados Modernos, a análise teórica será aplicada à Turquia, ao realizar uma comparação das políticas migratórias adotadas durante o período da “Crise de Refugiados” motivado pela Guerra civil da Síria. Assim, a hipótese de que os Estados Modernos utilizam as fronteiras para o exercício do biopoder será testada, ao analisar quais políticas foram adotadas para lidar com a questão dos refugiados sírios dentro do território turco, com análise do controle fronteiriço, políticas migratórias e as barreiras sociais enfrentadas por eles na integração socioeconômica dentro do país, somada à xenofobia e racismo que sofreram nesse território, potencializada pela divulgação da mídia, a partir de pesquisas e estudos já realizados nessa área.

Para alcançar esse objetivo, é necessário introduzir conhecimentos específicos que auxiliem na compreensão do trabalho como um todo, portanto, faz-se fundamental conceituar o que seria a biopolítica e o biopoder para Foucault, do mesmo modo que definir as dimensões das fronteiras internacionais, a fim de relacionar como cada uma pode ser interpretada como um instrumento do biopoder. Ao delimitar conceitualmente cada um desses aspectos, o trabalho tem como objetivo relacioná-los à realidade vivenciada pela Turquia, entre o período de 2011 e meados de 2018, com foco no ano de 2015, momento no qual o fluxo de refugiados sírios tornou-se expoente no país. Para isso, é essencial analisar cada dimensão da fronteira turca, como o controle das fronteiras físicas, as políticas migratórias adotadas para lidar com essa questão e as barreiras sociais enfrentadas pelos sírios nesse novo território.

A escolha do país do estudo de caso justifica-se por seu fator estratégico de entrada no continente europeu e por receber o maior número de refugiados sírios nos últimos anos, número que corresponde atualmente a 3,6 milhões (UNHCR, 2023). Assim, a rota de entrada nas Ilhas Gregas pelo Mar Mediterrâneo representa um caminho muito utilizado pelos migrantes que desejam adentrar o bloco europeu. Portanto, devido à fronteira com a Síria, a

questão migratória é uma problemática real para a Turquia, em que se faz necessária à gestão dessa população, tanto devido à pressão interna quanto à pressão externa realizada pela União Europeia. Dessa forma, a população e o fluxo migratório estudado será o dos refugiados, visto que eles possuem proteção internacional assegurada pela Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e a existência do Regime Internacional de Direitos Humanos, dos quais a Turquia é signatária.

Para alcançar os resultados estipulados acima, o método de abordagem utilizado será o hipotético dedutivo, visto que a partir do conhecimento prévio, acrescido de revisão bibliográfica sobre o assunto, foi possível analisar o problema e desenvolver uma hipótese. Já como métodos de procedimento serão utilizados o histórico, em que inicialmente o trabalho apresenta uma análise teórica e histórica sobre o conceito da biopolítica e do biopoder, fronteiras físicas, políticas migratórias e barreiras sociais, e a questão migratória na Turquia. O método monográfico também é utilizado, visto que a teoria acerca do biopoder e das fronteiras foi relacionado a um estudo de caso. Assim, desenvolver-se-à uma pesquisa qualitativa, devido a análise de possíveis relações, causas, efeitos e processos dentro dos tópicos abordados no trabalho (Marconi; Lakatos, 2003).

O referencial teórico utilizado no trabalho consiste nos debates sobre biopolítica e biopoder de Michel Foucault, somado às análises acerca das dimensões das fronteiras, com contribuições de Maristela Ferrari, Michèle Lamont, Virág Molnár e Sandra Gil Araújo. Ainda que Foucault não seja um teórico clássico das Relações Internacionais, a sua abordagem foi escolhida neste trabalho por apresentar um caráter inerente às políticas de Estado, que se relaciona diretamente com a vida da população. Com a leitura de textos que introduziram o pensamento desse poder sobre a vida, instigou-se o pensamento de que as relações entre os Estados dentro do Sistema Internacional consistem nesse exercício de identificação de ameaças e utilização dos mecanismos à sua disposição para garantir a sua sobrevivência dentro desse espaço. Logo, ao abordar um fenômeno internacional, como a migração, que envolve diretamente populações e indivíduos, considerou-se a abordagem da biopolítica como apropriada para fazer essa relação.

Pode-se considerar um ato de ousadia escolher Foucault como referencial teórico deste trabalho. Devido à complexidade dos seus estudos, somado às mudanças de definições de conceitos ao longo das suas obras, a pesquisa sobre o autor demonstra um dispêndio maior de atenção dada a essa monografia. Há uma limitação teórica sobre a própria biopolítica e biopoder, já que Foucault não as distingue como conceitos, o que dificulta a compreensão sobre esse tema, e faz-se necessária a leitura de comentadores do autor, como Thomas Lemke,

Edgardo Castro e Sandra Caponi. Destarte, esse referencial teórico foi utilizado devido à ausência de autores no campo das Relações Internacionais que abordam a gestão da vida dentro das políticas adotadas pelos Estados, e devido ao entendimento de que a migração e o refúgio, questões debatidas dentro das RIs, estão intimamente ligados com a vida e a sua proteção.

Este trabalho demonstra a sua importância no campo das Relações Internacionais por apontar a utilização dos elementos fronteiriços para o controle da população. Assim, sua justificativa relaciona-se com a necessidade de demonstrar como os governos utilizam o poder que detêm para realizar um controle da vida da população, ao formularem políticas que proporcionam o desenvolvimento de uma parte dela, em detrimento de outra. Nesse caso, ao se observar os grandes fluxos migratórios internacionais existentes na contemporaneidade, há uma necessidade de compreender a real causa dessa problemática e, para isso, deve-se retornar aos primórdios e criação dos Estados Modernos e visitar o conceito de fronteira internacional. Para além disso, é necessário assimilar como essa gestão e construção da região fronteiriça está intimamente ligada à biopolítica, e como os Estados realizam esse controle para decidir quem pode ou não ultrapassar essa linha imaginária.

Partindo desse pressuposto, também vê-se a necessidade de fazer uma análise crítica acerca dos instrumentos de controle territorial, visto que esse fenômeno ultrapassa as fronteiras físicas e naturais, por isso é necessária a análise do impacto social dos migrantes dentro da população e as políticas adotadas pelo Estado para lidar com essa questão. Assim, a teoria do Foucault será útil ao servir de base para a argumentação de que esses artifícios realizam a gestão da vida e possuem o poder de ditar quem pode viver e quem se deixa morrer.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro esta introdução, com os demais divididos de acordo com os eixos temáticos necessários para a compreensão do tema.

No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico utilizado no trabalho, com a evolução do pensamento acerca da biopolítica e apresentação de entendimentos diversos sobre esse tema. Após essa contextualização, conceitua-se biopolítica para Michel Foucault, com a explanação de termos utilizados pelo autor como dos mecanismos de disciplina e segurança, norma, população, entre outros. Somado a isso, insere-se o entendimento sobre o biopoder, que consiste no uso dos mecanismos para fazer viver a população, e abandonar à “morte” aqueles considerados como ameaça. Após a exposição do referencial teórico, ainda no mesmo capítulo, apresenta-se o recorte da realidade estudada. Assim, contextualiza-se a formação

territorial e política da Turquia, com uma breve retomada histórica do Império Otomano, para delimitá-la atualmente. Com a situação territorial e política do país, faz-se necessária a exposição sobre a Guerra Civil da Síria, principal motivo do deslocamento forçado da população e a legislação adotada inicialmente para lidar com a chegada em massa de sírios dentro da Turquia. Por fim, a “Crise de Refugiados” de 2015 é explicada por representar o maior número de entrada de sírios dentro do território turco, com o alarde e preocupação da União Europeia devido à porta de entrada que o país representa para esse bloco. A explanação desse momento histórico faz-se necessária para demonstrar como esse episódio impactou e reforçou as políticas adotadas pelo país, com influência de atores externos, para lidar com os refugiados sírios.

No terceiro capítulo, demonstra-se a relação existente entre as fronteiras terrestres e as políticas migratórias com o biopoder. Para isso, inicia-se o texto com a contextualização da formação do espaço fronteiro, com a criação dos Estados Modernos, somado às políticas adotadas para governar esse espaço. Após essa retomada conceitual, relacionam-se essas dimensões acerca da fronteira com o biopoder, devido à observação de que elas são utilizadas para realizar a gestão e controle da população, ao determinar quem pode ou não ultrapassá-las. Desse modo, a teoria desenvolvida é aplicada na gestão que a Turquia realiza sobre os refugiados sírios, com a sua política instrumentalizada principalmente pelo acordo estabelecido com a União Europeia no ano de 2016. Por fim, espera-se demonstrar que o país turco utilizou da sua política migratória para enrijecer o controle fronteiro e, assim, determinar quem poderia ou não adentrar o seu território. Com esse movimento, o país utiliza-se dos mecanismos de segurança para exercer o biopoder sobre os refugiados sírios, ao adotar políticas que determinam a vida de alguns, à custa da “morte” de outros.

No quarto capítulo, a análise é realizada ao abordar a dimensão social das fronteiras. Para isso, inicialmente contextualiza-se como a questão dos refugiados possui um impacto social nesse território, o que interfere na sua integração e sobrevivência dessa população. As barreiras sociais são tidas como empecilhos criados por uma classe dominante, que compartilha cultura, valores, símbolos, entre outros fatores semelhantes, e assim, com a chegada do “outro”, esse novo indivíduo enfrenta adversidades para permanecer nesse local. Com a explanação sobre essa dimensão da fronteira, que determina o “outro” como um ser estranho, observa-se o biopoder que esse fator desempenha ao rotular esse novo indivíduo como um ser “anormal”, desconhecido, que permanece excluído das interações sociais e das políticas do governo. Com essa relação elucidada, a teoria é novamente relacionada à realidade da Turquia, com a análise das políticas sociais implementadas para lidar com a

questão dos refugiados sírios, em conjunto com a explanação de pesquisas realizadas sobre a influência da mídia acerca dos refugiados no território. Assim, reforça-se como as políticas foram adotadas a fim de excluir os sírios do país ao dificultar sua integração social e econômica, com o agravante da opinião pública sobre eles, intensificada pelo racismo e xenofobia, com a reprodução de uma imagem desse “outro” que não pertence àquele local.

As considerações finais são apresentadas para demonstrar se o objetivo geral do trabalho foi alcançado e se a hipótese pode ser confirmada. De antemão, é possível observar que os Estados Modernos, a exemplo da Turquia, utilizam-se das dimensões das fronteiras apresentadas para realizar a gestão da sua população e, por isso, constituem a biopolítica dos Estados. Para além disso, esse mecanismo também é utilizado para controlar a população em si, e desenvolver políticas que garantam a sobrevivência de uma parte dela, ao passo que aquilo considerado como uma ameaça, é excluído. Por isso, esses mecanismos são dispostos como constituintes do biopoder, visto o poder que os Estados possuem de fazer viver sobre a sua população, ao passo que deixam morrer aqueles considerados “estranhos”, fora da norma.

Cada capítulo apresenta uma pequena introdução com fins de retomar os pontos fundamentais para a construção do argumento central deste texto.

2 AS BASES DO BIOPODER E A TURQUIA

Neste capítulo, será abordado o material utilizado para interpretar a gestão das dimensões das fronteiras internacionais. Em um primeiro momento, será apresentada uma introdução acerca da biopolítica, de Michel Foucault, bem como será exposto o desenvolvimento do biopoder, poder pós-Soberano que influi sobre a vida dos indivíduos, e realiza a máxima do fazer viver e deixar morrer. Após a introdução teórica, será apresentado o contexto histórico e territorial da fronteira da Turquia, objeto de estudo deste trabalho, situando a “Crise de Refugiados”, com uma abordagem das legislações e políticas adotadas para lidar com essa questão. Dessa maneira, as bases para a interpretação do trabalho serão contextualizadas, a fim de alcançar o objetivo final, de demonstrar como as dimensões das fronteiras da Turquia foram utilizadas como um instrumento de biopoder, para gerir essa suposta crise.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra política origina-se do grego “politikos”, e refere-se aos indivíduos que residiam na “polis”, que seria a cidade. Atualmente, a palavra possui o caráter de designar ações voltadas para o interior e o exterior de um território, com o intuito de manter a convivência entre os indivíduos que habitam esse espaço. Já o termo “bios”, origina-se do grego, e demonstra “a forma de viver própria de um indivíduo ou de um grupo” (Agamben, 2002 *apud* Dutra *et al*, 2021, n.p.). Dessa forma, a vida torna-se pertinente aos indivíduos que compõem os espaços e necessitam da política para fazer o exercício de viver. Assim, a “biopolítica” insere-se nesse contexto, em que a vida seria o objetivo principal das políticas adotadas por um Soberano, ou pelo Estado, não somente para a sua manutenção, mas também o seu controle. De acordo com Thomas Lemke (2018, p.12), o sentido literal de biopolítica consiste em uma “[...] política que se ocupa com a vida”.

O subcapítulo a seguir apresenta a evolução do pensamento acerca da vida, com apresentação de estudos iniciais como o vitalista e a biopolitologia, até a ideia de biopolítica, para introduzir a orientação teórica base desse trabalho, que consiste na ideia de Michel Foucault. Após a explicação inicial sobre esse conceito, será analisado o pensamento de Foucault sobre a biopolítica, somado ao conceito de população, governo, norma, mecanismos de disciplina e segurança. Assim, as bases para o controle da população serão apresentadas, somado ao poder adquirido sobre a vida, que configura em um poder pós Soberano, em que as

políticas são adotadas para fazer viver e deixar morrer. Dessa forma, ao compreender como a biopolítica, que realiza a gestão populacional, inclui um biopoder utilizado para realizar o controle da população, será possível demonstrar como as fronteiras internacionais exercem esse poder para gerir a população, a fim de exemplificar a utilização desse instrumento pela Turquia, segundo essa ótica, para realizar a gestão da “Crise de Refugiados”.

2.1.1 Pensamento inicial sobre a biopolítica

A “vida”, tida por si só, constitui um dos maiores direitos aos seres humanos, sendo ela garantida e reconhecida nos primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Assim, a consciência sobre o poder que a vida possui, sendo ela a razão principal da existência dos seres humanos, e a condição primeira por trás de todos os organismos, mercados, instituições, passou a seguir um novo rumo dentre os estudos acerca da humanidade (Dutra *et al.*, 2021).

Durante a metade do século XIX, filósofos como Arthur Schopenhauer, Friedrich Nietzsche e Henri Bergson, dedicaram-se a um estudo tido como “vitalismo”, ao considerar a vida como categoria fundamental e normativa, em que esta constitui uma medida. Dessa forma, era possível classificar em diversos âmbitos, o que seria o “inimigo da vida”, e meios para preservá-la (Lemke, 2018). Nesse período, havia uma maior preocupação sobre os estudos que cercavam a vida, e não somente ela, mas também o seu controle e a sua extensão. Como evolução do vitalismo, iniciou-se uma nova discussão acerca dessa questão, e um novo conceito foi exposto para os filósofos e estudiosos da época (Lemke, 2018). A “biopolítica”, tida como sentido literal de uma política para a vida tornou-se um conceito emergente a partir do início do século XX. Rudolf Kjellén foi um dos primeiros cientistas políticos a abordar o tema, sob uma perspectiva em que os Estados constituíam seres vivos e a biopolítica se daria pela existência deles (Lemke, 2018).

Assim, houve uma mudança no sentido da biopolítica e esta voltou-se mais para o estudo da população. Isso ocorreu em um período de transformações sociais, em que o discurso do darwinismo social, para o qual o mais forte sobrevive, estava em ascensão. Dessa forma, buscava-se entender como as características mais fortes eram passadas adiante, além de determinar se haveria uma raça superior e outra inferior. Tal discurso alavancou-se durante o período entre guerras, principalmente pelo diretor do departamento de saúde do *Reich*, que configura o império alemão, no ano de 1934. Assim, os estudos acerca do hereditarismo das questões genéticas da população se desenvolveram, a fim de “[...] aperfeiçoar o desempenho e

a competência de lidar com a vida [*Lebensfähigkeit*] do povo alemão.” (Lemke, 2018, p. 25). Ao mesmo tempo, expectativas de um espaço vital, em que a raça superior pudesse se desenvolver sem interferências, e viver livremente, também ganharam espaço nessa discussão. Mas para chegar à “raça pura”, diversos experimentos foram realizados pelos alemães, principalmente com os prisioneiros da guerra e indivíduos marginalizados, tidos como da raça inferior (Lemke, 2018).

Dessa forma, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, havia a ideia disseminada pelo *Reich* alemão de buscar uma raça pura e dizimar aqueles que não se encontravam nesse padrão. O intuito seria de criar condições cada vez melhores para o desenvolvimento desta raça e, para isso, políticas eram adotadas para propiciar um ambiente seguro, momento no qual os atos higienistas, baseados na dizimação de raças consideradas inferiores, ganharam espaço na política dos Estados. Biopolítica, no decorrer desse período, estaria relacionada ao higienismo racial, e no estudo das características hereditárias, com o intuito de formar uma sociedade de raça única e pura, a qual buscava evoluir e manter somente os melhores atributos herdados (Lemke, 2018).

Seguindo essa linha, na década de 1960, os biopolitólogos, baseados nos estudos dos genes, identificavam padrões para justificar as hierarquias presentes na sociedade. Para eles, o meio influenciava os indivíduos, que se encontravam em um ambiente competitivo e escasso por recursos, e dessa forma, pela capacidade biológica única de cada um, haveria uma competição desigual para tal. As hierarquias e submissão de uns aos outros eram naturalmente formadas, devido aqueles que detinham melhores condições e poderes, e portanto, o acesso a oportunidades e locais, eram enraizados em uma vantagem evolutiva para eles. De acordo com esses estudiosos, esse seria o fim da sociedade, visto que devido às condições genéticas, esse cenário desigual se perpetuaria. Assim, os biopolitólogos lamentavam essa relação dual que existe entre sociedade e natureza (Lemke, 2018).

No final da década de 1960, e a partir de 1970, os discursos genéticos permaneceram, e além disso, havia uma preocupação com o ambiente que os indivíduos possuíam para o seu desenvolvimento. O “Clube de Roma” foi um evento que evidenciou para a humanidade a devastação ocorrida no meio ambiente com o avanço e progresso econômico. Crescimento populacional, poluição do ar, da água e do meio ambiente, insegurança alimentar devido à má distribuição dos alimentos, entre outros, são algumas das consequências provocadas pelo desenvolvimento da humanidade. Assim, os estudos biopolíticos se voltaram para garantir a existência de um meio ambiente seguro para a evolução e manutenção dos seres vivos, visto que ao passo do desenvolvimento das máquinas, fábricas e com o aumento do consumo e da

produção, houve o início de uma exploração predatória dos recursos naturais. As consequências de tal crescimento esporádico, como o aquecimento global, não estariam presentes no imaginário daquela época, mas já causavam a incerteza de haver um local seguro para o futuro (Lemke, 2018).

Somado a esse debate, havia uma maior preocupação no que tange às descobertas genéticas. A questão principal seria até que ponto a intervenção humana deveria ser aceita, de forma que respeitasse a ética e a conduta humana. Assim, avanços como exames neonatais, transferência de DNA, inseminação artificial e descobrimento de doenças genéticas de caráter hereditário possibilitaram um melhor preparo e cuidado dos indivíduos sobre sua própria saúde e vida. Entretanto, o interrompimento do nascimento devido a uma má formação genética descoberta no momento do exame e as combinações de genes para formar um indivíduo com características específicas, são práticas que possuem uma interferência externa em processos tidos até então como naturais. Portanto, a biopolítica atuaria como uma regulação dessa interferência humana, além de possibilitar estudos para verificar a viabilidade e acontecimento desses atos (Lemke, 2018).

Observa-se que os estudos ao redor da vida abarcaram, até a década de 1970, uma espécie de descobrimento do tema e diversos desdobramentos. Houve uma inclinação para o uso da vida como forma de justificar e manter as hierarquias e desigualdades, ao utilizar-se de fatores genéticos e hereditários para tentar comprovar essa situação, assim como o anseio e experimentos para desenvolver indivíduos cada vez mais fortes, potentes e resistentes. Já no final da década, o discurso voltou-se para a garantia das condições necessárias para a vida se desenvolver, assim como explorou os limites aceitáveis para que isso ocorresse de maneira natural. Logo, a biopolítica adota um caráter de descoberta sobre esse direito inalienável, ao figurar a vida como questão própria para a formulação de estudos e teorias, e formula políticas para garantir um espaço seguro para o desenvolvimento da espécie, ao passo que regula as novas técnicas e descobrimentos sobre ela. Essa contextualização se faz necessária para compreender como o conceito e a percepção acerca da biopolítica evoluíram ao longo dos anos, de mesmo modo para assimilar que há interpretações distintas sobre o mesmo termo.

2.1.2 Biopolítica para Michel Foucault

No presente trabalho, a abordagem de biopolítica utilizada para analisar os movimentos migratórios na fronteira da Turquia consiste na conceituada por Michel Foucault.

Para Foucault, filósofo francês, a vida apresenta um outro sentido no que tange às políticas e discussões. Dessa forma, esse direito não remonta mais somente à existência de um espaço seguro para o seu pleno desenvolvimento ou ao controle das técnicas que tentam melhorá-la, mas sim, um investimento das estratégias políticas. Assim, ao constituir a vida como motivadora dos anseios individuais e dos Estados, a biopolítica passou a figurar uma “forma especificamente moderna de exercício de poder” (Lemke, 2018, p. 53).

Essa nova política voltada para a vida tem nascimento com a ideia de população. Assim, o Estado, que antes era mais voltado para o controle das suas terras, passou a lidar com o conjunto de seres vivos que habitavam esse espaço. Tal conjunto não se tratava de simples corpos, que até o século XVII, eram controlados pelo Soberano, como massa de sustento ao território e produtor das riquezas, como alimentos, soldados, etc. A partir do século XVIII, observa-se que a população não é somente a soma de vários indivíduos submetidos à vontade do Soberano, ela varia de acordo com o meio, valores morais, religiosos, impostos, costumes, etc., e é um dado que depende de toda uma série de variáveis que faz com que a relação dela com o Soberano não possa ser simplesmente da ordem da obediência ou da sua recusa (Foucault, 2008).

Portanto, com o novo corpo envolvido dentro do Estado, é necessário desenvolver uma nova forma de governo. Desde a Grécia Antiga, os modos de se governar diferem com a evolução dos Estados. Nessa época, a governamentalidade pautava-se principalmente na questão do pastoreio, na qual há um pastor ou mestre que rebanha todos os indivíduos, a fim de obter o que ele acredita ser o melhor para todos. Desse modo, havia um elemento místico no ato de governar, no qual a vontade de um perpassava o anseio de todo o conjunto, devido ao poder que foi a ele designado, de forma democrática, ou de maneira divina, concedido por um ente superior. Essa forma de governo perdeu espaço dentro dos Estados modernos, em que a racionalidade passou a ser a forma principal de se governar, principalmente devido ao acúmulo de riquezas entre as nações, e a formação de sua população (Foucault, 1997). Nessa organização, os indivíduos governados são livres e passíveis de mudança, e pode-se constituir essa nova imagem como um governo que “[...] será el de todos y cada uno, atento a cada individuo y a la población en general, involucrando su salud, bienestar, prosperidad y felicidad” (Araújo, 2006, p. 46).

Ao conceituar a população como esse conjunto de variáveis, é cabível considerar que ela não se submete mais somente à vontade de um Soberano. Nesse contexto, é necessário o desenvolvimento de uma política voltada para solucionar os problemas provocados pela materialização desse conjunto de indivíduos, que possuem suas próprias vontades e costumes,

ao passo que as atividades econômicas não sustentam mais o modo de vida dos Soberanos à custa deles. Também emerge a noção de que essa população seria a fonte de riqueza dos Estados, visto que elas proporcionam os elementos necessários para a produção, e conseqüente acúmulo de capital. Portanto, faz-se necessária uma política voltada para o cuidado e manutenção desse novo sujeito (Foucault, 1997).

Nesse sentido, o autor expõe o conceito de biopolítica, para permear, controlar e garantir o desenvolvimento desse novo corpo existente dentro dos Estados. Assim, controles de natalidade, produção de medicamentos, vacinação em massa, são alguns dos fatores que a biopolítica proporciona, em conjunto com as estimativas, estatísticas, médias globais, acerca da população, para embasar políticas voltadas para a gestão da vida dela (Araújo, 2006). Diante disso, é necessário considerar como essas políticas são formuladas e adotadas pelos Estados, bem como para quem estão destinadas. Para isso, pode-se interpretar que, nas democracias modernas, não há um Soberano que detém controle irrestrito desse corpo, já que não há mais a submissão às suas vontades. Assim, as entidades do governo, eleito pela população, conseguem desenvolver uma nova forma de poder e controle, pautada nessa ação sobre a vida. Entretanto, esse novo controle deve ser de maneira estratégica e calculada, para que a população aceite e identifique a necessidade de manter essas entidades no poder (Foucault, 2008).

Para que essa política seja efetiva, dois dispositivos são essenciais, sob a ótica de Foucault: a disciplina e a segurança. A disciplina possui um caráter individual, ao agir principalmente sobre os costumes e valores, por meio das instituições, como escolas, igrejas, centros de convivência, entre outros. Os dispositivos de disciplina observam padrões de comportamento e moldam os sujeitos a fim de perpetuar certos modelos em detrimento de outros. A disciplina possui o papel de normalizar algo dentro dessa população, ela analisa o que pode e decompõe os atos, após isso, questiona-se qual a melhor maneira de obter certo resultado, para alcançar um objetivo determinado, com base nos elementos identificados pela análise. Após essa formulação, sequências de atos são estabelecidas, para que se alcance um adestramento progressivo, com um controle permanente, para considerar o que é “normal” e o que é “anormal”. Portanto, para Foucault (2008), não são os indivíduos considerados aptos ou inaptos o teor central da questão acerca da disciplina, mas sim a norma que é produzida.

De acordo com Foucault (1997 *apud* Caponi, 2014, p. 31), a norma age tanto sobre o indivíduo, no caráter de disciplina, quanto na população, ao defini-la como:

[...] o elemento que circula do disciplinário ao regulador, que se aplica do mesmo modo aos corpos e às populações, que permite controlar a ordem disciplinar dos corpos e os eventos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula de um a outro, é a norma.

Com base na normação produzida a partir da disciplina, há a formulação de medidas para criar esse ambiente pautado na obtenção máxima de resultados. Ao realizar o cálculo de acontecimentos que cercam a população, a média ótima de ocorrências aceitáveis seria a considerada ideal para os dispositivos de disciplina, que agem sobre os indivíduos. Portanto, quem constrói essa norma possui o poder de ditar como serão os dispositivos escolares, militares, legais, entre outros, para o exercício dessa máxima. Por isso, essa ação se mostra mais importante do que o que é aceito ou não, visto que de certo modo, essa normação, ao ser normalizada entre os indivíduos, perpetua um determinado comportamento para moldá-los a agirem e se comportarem de certa maneira, além de estipular o que deve ou não ser aceito em uma sociedade. No entanto, esses indivíduos moldados pelos dispositivos disciplinares fazem parte de um conjunto regido por diversas variáveis, que constituem a população. E assim, os mecanismos de segurança são necessários, para regular não somente o corpo, mas toda essa massa formada pelo seu conjunto (Foucault, 2008).

Para explicar os mecanismos de segurança, é necessário analisar onde esses indivíduos estão situados, como as cidades. A construção das cidades passa a ser uma preocupação para o Soberano, visto que o controle de cidadãos e de mercadorias mostra-se insuficiente pelas muralhas até então construídas no século XVIII. A cidade, tida como território, era um local em que a soberania reinava, antes tida como o poder do Soberano sobre um espaço físico. Contudo, com a evolução já abordada sobre o conceito e a formação da população, as barreiras físicas não eram suficientes para demarcar esse poder de controle. Além disso, com o desenvolvimento econômico das nações, há o aumento da circulação de indivíduos, mercadorias, etc. que perpassam a jurisdição do Soberano. Nesse contexto, há a necessidade de manter o controle sobre a sua população e o seu território, porém, com os dispositivos conhecidos até então, isso não se fazia mais possível (Foucault, 2008). Dessa forma, com o advento das democracias modernas, pode-se interpretar que para alcançar esse controle, os mecanismos de segurança são aplicados, a fim de manter um padrão dentro das atitudes tomadas pela sua população.

A segurança consiste em um cálculo que considera diversos fatores para analisar a probabilidade de uma ação sobre a população ser aceitável ou não. O resultado da apuração dos fatos considerados possui o objetivo de ditar para a população qual conduta deve ser

adotada dentro daquele território, para possibilitar que tenham uma vida dignamente aceitável. Entretanto, há uma infinita gama de possibilidades de acontecimentos dentro desse território, por isso há uma complexidade no cálculo de segurança, visto que ele lida com diversas realidades baseada em séries distintas. Assim, essas realidades ocorrem em um espaço, denominado meio, em que os mecanismos de segurança precisam agir para garantir o exercício da vida para a sua população. Dessa maneira, a noção de risco também é produzida, visto que por meio dos cálculos de segurança, formula-se aquilo que é considerado perigoso para a população. Logo, a disciplina e a segurança coexistem dentro desse momento pós Soberano, e diferenciam-se de acordo com as técnicas e as maneiras de se correlacionarem (Foucault, 2008).

Até o século XVIII, como já exposto, havia uma relação de submissão entre súditos e Soberanos, em que o controle territorial, por meio de barreiras físicas, garantia o poder para ele. Porém, com o desenvolvimento da população e da economia nos Estados modernos, há o surgimento dos dispositivos de disciplina e de segurança, utilizados pelo governo para a sua legitimação, devido às condições favoráveis que ele proporciona para os indivíduos que estão sob sua jurisdição e controle. Nesse sentido, o governo, passa a ser um ator que se relaciona com a natureza¹ na qual uma população está envolvida, e para isso, realiza os cálculos que estipulam as normas que agirão sobre os indivíduos. Com esse movimento, o governo considera quais acontecimentos são aceitáveis e quais precisam ser evitados para manter a população sob o seu domínio, por meio dos mecanismos de segurança (Foucault, 2008).

Portanto, a nova imagem que emerge do Soberano consiste em alguém que:

[...] deverá exercer seu poder nesse ponto de articulação em que a natureza no sentido dos elementos físicos vem interferir com a natureza no sentido da natureza da espécie humana, nesse ponto de articulação em que o meio se torna determinante da natureza (Foucault, 2008, p. 30).

Assim, como já exposto na introdução, neste trabalho compreende-se que esse articulador entre a natureza e a população é o governo. Dessa forma, para a população considerá-lo legítimo, os governantes precisam agir sobre esse meio para demonstrar que sua ação é necessária para a sobrevivência desse conjunto. Por conseguinte, os mecanismos se conectam aos elementos naturais, da própria realidade, para que não sejam tidos como ordens

¹ A natureza nesse sentido seria o meio em que a população está inserida, porque o cálculo da segurança coloca tudo em uma suposta harmonia ao considerar que as ameaças ao território como eventos climáticos, guerras, etc. podem acontecer.

a serem cumpridas, mas que tenham reflexo nas ações tomadas pela população, e assim, se façam necessários para elas. Dessa forma, as ações tomadas pelos governos são aceitas naturalmente, porque há o entendimento da população de que sem elas, não haveria a segurança e a garantia de vida, ainda que elas foram formuladas pelos entes governamentais para se fazerem necessárias. Portanto, a confiança dessa população se dará ao ter consciência de que os mecanismos que estão sendo adotados pelo governo possuem relação com a sua realidade e permitem que ela seja vivida de maneira aceitável e segura (Foucault, 2008).

2.1.3 Biopoder para Michel Foucault

Ao ter consciência dos mecanismos de disciplina e segurança utilizados sobre uma população, o governo possui sobre ela o chamado biopoder. O controle das interações sociais e econômicas possui o reflexo direto na vida das populações, e assim, quem o realiza detém o poder de ditar as normas a serem aceitas e adotadas pelos indivíduos, visto a funcionalidade e objetivo dos mecanismos. Portanto, ao calcular as variações aceitáveis para se estabelecer uma norma, as políticas adotadas pelo governo têm por objetivo garantir as condições necessárias para que o “normal” aconteça, ao passo que inibe o “anormal”. Na época do Soberano, nas sociedades anteriores ao século XVIII, ele detinha o poder de matar seus súditos. Já na contemporaneidade, como exemplificado acima, o biopoder consiste na gestão e extensão da vida, constituindo o objetivo político dos governos modernos (Araújo, 2006). Logo, o biopoder configura o poder que o governo exerce sobre a vida da sua população, ao direcionar suas políticas para o desenvolvimento dos “normais” e excluir os considerados “fora” da norma, por representarem uma ameaça ao sistema (Caponi, 2014).

Nesse contexto, os governos utilizam-se de estratégias do biopoder para realizar a máxima do fazer viver e deixar morrer. Isso é inserido na sociedade ao passo que há um aperfeiçoamento da vida, com as inovações tecnológicas, normas adotadas, padrões de vida, índices de natalidade, etc. e as políticas voltam-se para manter essas condições favoráveis e impedir que as ameaças coloquem este pleno exercício em risco. Desse modo, os entes governamentais “deixam morrer” a partir do momento que excluem uma parcela da população ao não lhe destinar políticas, visto que não correspondem à norma estabelecida, e ainda ameaçam aqueles que são tidos como “normais”. Essa morte ocorre em nome da vida da população, e não se trata somente da morte física, mas da negligência aos direitos, do abandono social, da falta de políticas, do impedimento de ação, entre diversas outras formas que limitam a vida desses indivíduos (Lemke, 2018).

O racismo também é uma expressão do biopoder. Assim, as populações são hierarquizadas de acordo com a sua raça, em que há uma pura e outra impura, e as políticas são adotadas com o intuito de manter a raça pura, em detrimento da impura. Desse modo, há a submissão de uma vida pela outra, em que é necessário “limpar” o meio para que haja o desenvolvimento daquela considerada “normal”. Os fatores biológicos seriam os critérios de diferenciação dos indivíduos, o que perpetuaria a desigualdade dentro de uma mesma população. Nesse cenário, o racismo não só “exclui” muitas vidas da sociedade, pois ao passo que as considera como um impedimento ao desenvolvimento de outras, também incita a sua “morte” já que adota uma lógica em que quanto menos pessoas de determinadas características em um local, mais direitos e menos ameaças se terá (Lemke, 2018). Assim, com a divisão da sociedade entre dois grupos principais, o racismo é adotado sob uma lógica de segurança, em que o Estado possui o poder de matar para garantir a sobrevivência da sua população. Dessa forma, o racismo de Estado se configura como um:

[...] modo en que, en el ámbito de la vida que el poder tomó bajo su gestión, se introduce una ruptura, la ruptura que se da entre el que debe vivir y el que debe morir. [...] Son estas las primeras funciones del racismo: fragmentar, introducir rupturas en ese continuum biológico que el biopoder pretende gestionar (Foucault, 1992, *apud* Araújo, 2006, p. 54).

Assim, a biopolítica é uma tecnologia que tem na gestão da vida da população sua máxima. Para isso, normas são adotadas a fim de disciplinar os indivíduos, e intituladas por meio de mecanismos como escolas, igrejas, organizações, etc. Para controlar o ambiente em que os indivíduos, parte integrante de uma população, vivem, é necessário desenvolver mecanismos de segurança, que se regulam entre si e baseiam-se em cálculos de possibilidades infinitas a fim de manter um espaço seguro para o desenvolvimento da vida daqueles que são aceitos pela norma. Essas políticas e mecanismos são adotados pelos governos dos Estados modernos, que não mais possuem somente o poder sobre o território e sua população, mas sim, o biopoder, de fazer viver e deixar morrer aqueles que são uma ameaça para a sua população. Dessa forma, na contemporaneidade, com o maior apreço pela vida, o biopoder demonstra que a segurança de uns depende da exclusão e da morte de outros, e as políticas são adotadas com a justificativa da vida.

2.2 A TURQUIA E OS REFUGIADOS

A Turquia é considerada uma ponte entre dois continentes, um elo entre civilizações, e uma combinação de etnias e culturas devido a sua formação histórica. O território atual configura apenas uma parte do extinto Império Otomano, um dos maiores da história da humanidade, devido ao seu caráter expansionista. Assim, a análise acerca da gestão populacional deste país, demonstra-se de extrema importância, devido tanto à sua localização estratégica de entrada para o continente europeu quanto à localização em uma zona de guerra, devido ao conflito na Síria. Portanto, com o conhecimento já adquirido acerca da biopolítica e do biopoder, faz-se necessária a contextualização sobre a delimitação do território turco atual, com uma breve introdução do seu governo. Após a delimitação do território, é necessário apresentar o contexto de guerra vivenciado nas proximidades da Turquia, cujo ápice ocorreu em 2015, com a chegada em massa de refugiados sírios. Nesse sentido, será apresentada a legislação adotada para lidar com essa questão, a fim de contextualizar o momento histórico em que há uma preocupação com a gestão da população por meio das fronteiras internacionais. Portanto, a base de interpretação será a perspectiva da biopolítica, somada ao contexto histórico e espacial de estudo, partindo do pressuposto de que as fronteiras são instrumentos de biopoder com fins de gerir e controlar a população refugiada.

2.2.1 Fim do Império Otomano e delimitação do território turco

A Turquia conhecida atualmente remonta a dados recentes da contemporaneidade. As lutas pelas terras turcas derivam do período da Primeira Guerra Mundial, quando Constantinopla, capital do Império Otomano, foi tomada pelos Aliados, grupo vitorioso do combate. Em 1919, foi firmado o Acordo de Amasya, o qual determinou um movimento nacional contra as potências ocupantes dos territórios, e propôs que a independência se basearia nas províncias até então estabelecidas. Contudo, no ano de 1920, foi firmado o Tratado Sévres, entre os Aliados e o Império Otomano, segundo o qual os turcos dominariam apenas 15% das terras que estavam sob o controle do Império. Nesse sentido, as bases nacionalistas turcas se mostraram insatisfeitas com o acordo firmado pelo governante Mehmed VI Vahdettin, o que resultou na explosão de diversos grupos nacionalistas e projetos para o futuro do império. Em 1922, houve o fim do Império com a extinção do Sultanato, e em 1923, a República foi estabelecida no país, juntamente com a delimitação de praticamente todo o seu território, com o Tratado de Lausanne, no final da guerra da Independência (Sochaczewski, 2018).

Após esse evento, Mustafá Kemal, conhecido também como Ataturk, foi declarado presidente da Turquia, o qual permaneceu no poder até 1938. Durante esse período, Kemal foi o responsável por estabelecer as bases do Estado Turco, que objetivava criar um Estado moderno, nos moldes ocidentais. Para isso, foi lançada a “Revolução de Ataturk”, com a retirada do islã como religião oficial da constituição; imposição do secularismo como lei, no qual há a separação entre a religião e a política; promulgação do voto feminino; aproximação cultural com o Ocidente, ao adotar o calendário cristão; entre outras políticas consideradas modernas. Assim, Ataturk tinha o intuito de reinventar a história da Turquia, ao firmar um novo tipo de Estado, com a sua singularidade e relevância mundial, o qual passou por “[...] profundas transformações sociais, religiosas e políticas, levando o país de um império multiétnico, multilinguístico e multirreligioso a um estado nacional laico e ocidentalizado.” (Sochaczewski, 2018, p. 77).

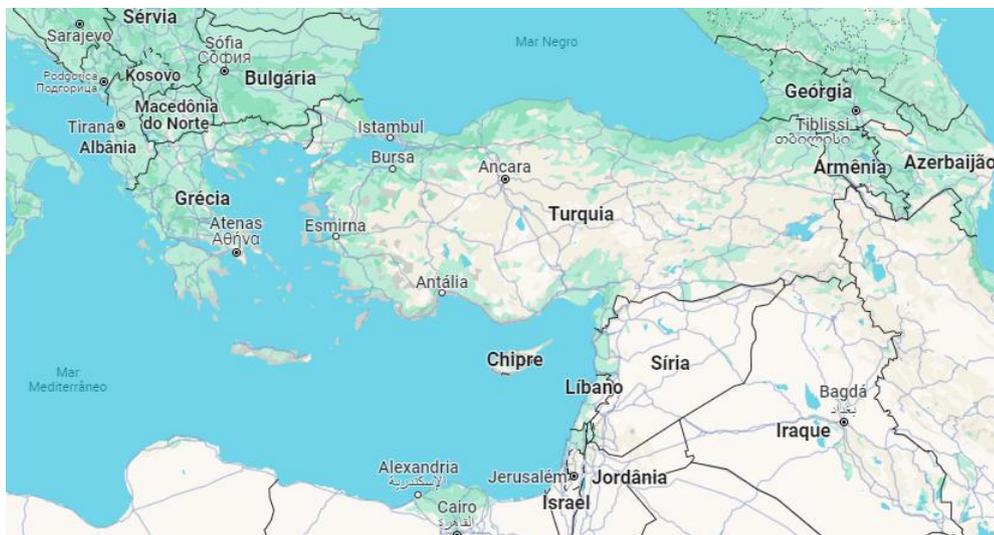
Ataturk, em turco, possui como significado “pai da Turquia”, nome recebido por Kemal pelo protagonismo no estabelecimento do país. Assim, as propostas que foram implementadas por ele receberam grande apoio da população devido a legitimidade que o líder adquiriu com o protagonismo durante a Guerra de Independência, em que lutou contra a ocupação armênia, francesa e grega. A ação de Mustafá Kemal e as aspirações para o território turco proporcionaram um sentimento de esperança para a população, com um alívio coletivo representado pelo fim do período de guerras vivenciado até o momento. Somado a isso, o descontentamento com os sultanatos desse período, com a assinatura do Tratado Sèvres, resultou em uma desconfiança e insatisfação da população com os líderes da época. Nesse contexto, Mustafá Kemal conseguiu a estabilidade no poder para propor as revoluções que almejava, ao lançar as bases nacionalistas para a construção da Turquia, ao propor a república como um ato revolucionário (Bozarslan, 2010).

O nacionalismo proposto por Ataturk seguia os moldes das potências ocidentais. Por conseguinte, para o líder, o mundo civilizado da época era constituído pelos Estados do Ocidente, e desse modo, havia a necessidade do nacionalismo secular para elevar o país turco ao nível dessas potências. Com o fim do sultanato, seria possível o estabelecimento de uma democracia, ao invés de uma teocracia, em que as chances de proximidade com países cristãos do Ocidente se fariam mais presentes e possíveis. Para Kemal, as tradições da Turquia, pautadas na religião, representavam impedimentos para se alcançar o progresso, e, portanto, o secularismo se fazia necessário para a nova república estabelecida. Dessa forma, o nacionalismo secular turco proposto por Kemal foi apoiado pela população que desejava o estabelecimento e reconhecimento do país dentre as potências ocidentais, visto que havia a

ideia de que essa proximidade se demonstrava necessária para o avanço e progresso do país (Vargas, 2016).

No ano de 1939, a Turquia delimitou o seu território por completo, ao receber dos franceses a província síria de Hatay. Destarte, o período do Kemalismo foi considerado uma época de mudanças e demarcação do território turco, o qual possui uma posição estratégica, por ter limites tanto na Ásia quanto na Europa. O país faz fronteira com oito países: Armênia, Azerbaijão, Bulgária, Geórgia, Grécia, Irã, Iraque e Síria, além de ser banhado pelo Mar Negro, Mar Mediterrâneo, Mar Egeu e Mar de Mármara, como se observa na Figura 1 a seguir:

Figura 1: Mapa da Turquia



Fonte: Imagem extraída do Google Maps® em 01 dez. de 2023.

Os próprios turcos, segundo Sochaczewski (2018), consideram sua nação como uma ponte, um elo entre civilizações, devido a sua localização, mas também, a sua pluralidade. Após o período de Atatürk, vários líderes estiveram no poder, e o país também foi palco de golpes militares, devido a escândalos de corrupção, divisões partidárias e ideológicas. Junto a isso, a Turquia também ocupou o cenário internacional, ao participar como membro fundador das Organizações das Nações Unidas (ONU), aceita pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no ano de 1950, e passou a ser um possível candidato a se juntar à União Europeia (UE) em 1999 (Sochaczewski, 2018).

O atual presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan, foi eleito como primeiro-ministro em 2003, pelo partido fundado por ele em 2001, nomeado de *AK Partisi* ou Partido Branco (AKP), por não possuir envolvimento com corrupção. Assim, Erdogan ganhou apoio

devido a agenda pró União Europeia, além de diversificar as relações exteriores com diversas partes do mundo, o que atraiu investimentos para o país e aumentou as exportações. Entretanto, por ter sofrido tentativas de golpes e ameaças em 2016, o presidente adquiriu uma postura autoritária e nacionalista, sob um estado de emergência, para adotar medidas de caráter extraordinárias, com o intuito de manter o seu poder e controle da região. Desde então, membros da oposição, assim como jornalistas, são tratados com violência no país. A influência da religião islâmica na política voltou a ser uma questão, em que seculares são acusados de conspiração contra o governo, e há comparações do governo atual com os antigos sultanatos do Império Otomano (Sochaczewski, 2018).

Sob esse contexto, a Turquia enfrenta uma das maiores “crises” da humanidade contemporânea, devido à Guerra na Síria. Até então, o país já recebeu cerca de 3,6 milhões de refugiados, os quais utilizam o território para acessar o continente europeu, ou permanecerem na Turquia, mas com o objetivo principal de sair do ambiente de guerra vivenciado no seu país de origem. Dessa forma, serão analisados os movimentos políticos e de controle do país, durante o período de 2011 a 2018, para lidar com os refugiados sírios, ao observar as políticas adotadas, controle territorial e o impacto social dessa população nesse novo território.

2.2.2 Guerra Civil na Síria

A Síria faz fronteira a noroeste, norte e nordeste com a Turquia. Devido a essa proximidade, o país representa uma ponte para os sírios que desejam sair do país e buscar melhores condições de vida em outro continente ou permanecer no país turco. Esse cenário de saída massiva de naturais sírios ocorre devido ao confronto que assola o território nos últimos tempos. Assim, faz-se necessário entender o decorrer do conflito para compreender suas consequências e impactos na vida daqueles que são forçados a se deslocar para garantir a sua sobrevivência. Além disso, devido à “ponte” que o país turco remonta, é preciso observar se o tratamento dado a esses “refugiados” sírios corresponde à garantia dos direitos humanos, devido ao Regime Internacional de Direitos Humanos e à Convenção de 1951 adotada pelo país, que será aprofundada neste capítulo.

O conflito Sírio iniciou-se no contexto da Primavera Árabe, em 2011. Esse período é conhecido como o momento em que países árabes do Norte da África e do Oriente Médio vivenciaram protestos contra ditaduras em seus países. Nesse cenário, a situação econômica da Síria, somada às revoltas sociais provocadas por diferenças religiosas, com a presença de árabes sunitas e xiitas, e a escândalos de corrupção, resultou em uma manifestação pacífica

contra o regime do presidente Bashar Al-Assad, que estava no poder há 11 anos. Contudo, o movimento foi reprimido com violência por parte do ditador e da força militar, com centenas de mortes e prisões. Desse modo, a população desistiu de utilizar os meios democráticos para lutar por melhores condições de vida e pelo fim da ditadura, e um conflito violento, com levante armado, iniciou-se na Síria (Wichers, 2019).

O apoio ao governo de Bashar Al Assad mantém o conflito vivo, já que há o financiamento de armas e bombardeios contra a população, em troca de acessos, bens econômicos, entre outros. A Rússia coloca-se como aliada do ditador sírio devido à influência direta que possui no território, e o auxílio para a não deposição do ditador, o que garante o quase monopólio sobre o gás natural existente na região, que em grande parte, é exportado para a Europa. Somado aos russos, o ditador recebe apoio dos xiitas do Iraque, Irã e do Hezbollah. Por outro lado, o regime sofre duras críticas dos Estados Unidos, países da Europa, Turquia, Qatar, Arábia Saudita, Israel, entre outros. Nesse contexto, as potências ocidentais se envolveram e se mantêm no conflito para conter o avanço do uso de armas químicas, e também, estão associados a uma guerra contra o terrorismo, devido à ascensão de grupos terroristas no território Sírio, como o Estado Islâmico. Atualmente há diversas forças existentes no conflito, em que cada parte possui um interesse próprio, de conter ou apoiar o regime ditatorial de Bashar Al-Assad. Essa divergência entre os combatentes dificulta um acordo possível entre as partes envolvidas, e assim, há o prolongamento do conflito, sendo caracterizado como a maior crise dos últimos tempos, desde a Segunda Guerra Mundial (Wichers, 2019).

Dados recentes publicados pela ONU afirmam que a Guerra provocou uma onda de deslocamentos. Cerca de 13,5 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar, sendo que mais de 6,6 milhões cruzaram as fronteiras internacionais, e cerca de 6,9 milhões estão deslocados dentro do próprio país (ACNUR, 2023). De acordo com estudo realizado pelo Banco Mundial (2017), o conflito provocou mais de 400.000 mortes, e cerca de 6 em cada 10 sírios vivem em extrema pobreza. Os danos estruturais também refletem a dificuldade enfrentada pela população do local, em que cerca de 27% das unidades habitacionais foram destruídas ou parcialmente danificadas, assim como instalações médicas, em que aproximadamente 16% sofreram danos. Somado a isso, os impactos econômicos intensificam o cenário devastador do conflito, em que as perdas acumuladas no Produto Interno Bruto (PIB) foram estimadas em US\$226 milhões, o que corresponde a quatro vezes o PIB do país no ano de 2010. Assim, os dados apresentam o impacto do conflito para os civis que residem

no território, ainda que os números sejam subnotificados, devido à dificuldade do acesso à informação no local, e os prejuízos podem remontar a números maiores.

No início do conflito, a Turquia adotou uma postura de zero-problemas com a vizinhança. A política foi formulada pelo Ministro das Relações Exteriores da Turquia na época, Ahmet Davutoğlu, com o intuito de melhorar a relação com os países fronteiriços, para desvincular a imagem de estar cercado por inimigos. Em consonância com esse comportamento, um dos objetivos do movimento era reforçar o propósito do país de ser uma influência regional (Olejárová, 2018). A Turquia pressionou o regime de Al Assad para iniciar reformas políticas que incluíssem as demandas da oposição, porém, esse cenário não ocorreu, e a postura de “zero-problemas” deixou de ser adotada pelo país. Além desse fator, a questão dos curdos² também impactou a ação do país no conflito, visto que essa população se tornou um exército combatente, com o apoio financeiro dos Estados Unidos. Assim, o Exército Curdo era contra o regime ditatorial sírio e o Estado Islâmico, assim como reivindicavam a criação do Estado Curdo. Nesse sentido, o país turco se envolveu fortemente no conflito a fim de conter a ascensão dos curdos, com a expulsão deles da região (Wichers, 2019). A atuação da Turquia na guerra possui diversos interesses, os quais são intensificados com a grande demanda de sírios ao buscarem refúgio no país, devido à proximidade e a ponte para o continente europeu. Assim, o conflito torna-se a principal causa dos fluxos migratórios observados no país, com interferência nas políticas fronteiriças e de controle migratório da Turquia, bem como impactos sociais para a população refugiada e natural do país.

2.2.3 Legislação pertinente

Atualmente, o número de refugiados sírios na Turquia corresponde ao número de 3,6 milhões de pessoas (UNHCR, 2023). Desde o início da Guerra na Síria, o país é o que mais recebe sírios, com o começo da onda de refugiados em 2011, a qual se intensificou no ano de 2014, momento em que o país turco recebeu aproximadamente 1 milhão de sírios (Siccardi, 2021). Ainda que nos reportes e notícias, os sírios sejam chamados de refugiados, a Turquia não os reconhece com esse termo, devido à Convenção de 1951. Dessa forma, a partir de 2011, houve uma política de portas abertas para os sírios que deixavam o seu território e

² Para análises mais detalhadas sobre a questão curda e o impacto dela na Guerra Civil da Síria, ler o artigo: NASSER, Reginaldo Mattar; ROBERTO, Willian Moraes. A QUESTÃO CURDA NA GUERRA DA SÍRIA: DINÂMICAS INTERNAS E IMPACTOS REGIONAIS. Lua Nova, São Paulo, v. 1, n. 106, p. 219-246, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/j5Q65kWmcGgCvT4XmJcBFPy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2023

adentravam na Turquia para buscar melhores condições de vida. “Convidados” era o termo utilizado pelo país para se dirigir aqueles que realizavam essa travessia, devido ao caráter temporário que era atribuído ao conflito sírio. Contudo, com o avanço do confronto, e a inação do regime ditatorial com as reformas propostas pela população, as autoridades turcas desenvolveram leis para melhor acolher a população síria, assim como, adotaram outras políticas para realizar o controle migratório da região (Kanat; Ustun, 2015).

De acordo com a Convenção de 1951, ratificada pela Turquia, o refugiado consiste em um indivíduo que possui fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas (ACNUR, 2023). Dessa forma, o país de acolhida deve tratá-los sem distinção e discriminação, além de protegê-lo internacionalmente, em respeito ao princípio de *non refoulement*, em que o refugiado não pode ser devolvido ao seu país de origem. A Convenção, no entanto, possui limitação geográfica e temporal aos refugiados da 2a. Guerra Mundial do continente europeu. Em 1967, o Protocolo Adicional relativo ao Estatuto dos Refugiados, ampliou os motivos para se considerar um refugiado, como a violação dos direitos humanos, e eliminou as restrições geográficas e temporais. Contudo, a Turquia não ratificou o protocolo, e portanto, os sírios não são considerados refugiados nesse território (Makovsky, 2019).

Para lidar com os sírios que entravam no território turco, em abril de 2013, o parlamento ratificou a lei nomeada como *Law on Foreigners and International Protections (LFIP)*, que estabeleceu a *General Directorate of Migration Management (GDMM)*, sob o domínio do Ministro do Interior, agência responsável por gerir as questões migratórias do país. De acordo com essa lei, as questões migratórias seriam tratadas com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e o foco principal consistiria nos direitos que esses refugiados possuem, com poucas disposições acerca da questão securitária (Kanat; Ustun, 2015). Conforme o artigo 91 (1) da LFIP, os sírios que se estabelecessem na Turquia estariam sob um regime de proteção temporária, a qual seria concedida àqueles que foram forçados a deixar o seu país de origem e buscavam apoio no território turco. De acordo com esse regime, os indivíduos que se encontravam sob essa proteção gozavam de direitos similares aos dos refugiados pela Convenção, com acesso a acolhida no país, saúde e educação, somado ao princípio de *non refoulement* (Koca, 2015).

Assim, em um primeiro momento, a legislação foi adaptada e os sírios que adentravam o país foram tratados com hospitalidade. A política de portas abertas foi pautada no discurso humanitário de auxílio para essa população que sofria com a guerra, devido à percepção temporária da duração do confronto, e ao objetivo de manter uma boa política com os países

vizinhos, somado ao propósito de reforçar a imagem de uma potência regional pela Turquia. De acordo com o regime de proteção temporária, os sírios que decidiram se estabelecer no país possuíam direitos básicos, como educação, saúde e trabalho, além da segurança internacional e possibilidade de residência no país. Dessa forma, é necessário analisar se essas garantias foram asseguradas com o passar dos anos e o enrijecimento do conflito, somado às pressões externas, devido ao uso que os sírios fazem do território turco para acessar o continente europeu.

2.2.4 “Crise de Refugiados” de 2015

A Guerra Civil da Síria, com início no ano de 2011, perdura até os tempos atuais. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (2015), o conflito consiste na pior crise mundial dos últimos 25 anos. A principal consequência do confronto resulta nos deslocamentos forçados, tanto internamente quanto externamente, devido à brutalidade e aos ataques de bombas e mísseis aos quais a população síria está sujeita diariamente. No ano de 2015, mais de 4 milhões de sírios foram forçados a se deslocar para os países vizinhos, principalmente para a Turquia, Egito, Iraque, Jordânia e Líbano. Dentro do próprio território, os números remontam a cerca de 6,5 milhões de deslocados internos. Nesse contexto, estimativas concluem que aproximadamente 13,5 milhões de indivíduos encontram-se à procura de assistência humanitária, somado a um lugar seguro para se estabelecer. No final de 2015, a Turquia recepcionou cerca de 2,5 milhões de sírios, com apenas 10% dessa população nos campos destinados a refugiados, com o restante já a ocupar outras partes do país (UNHCR, 2015).

Conforme já apresentado neste trabalho, a localização da Turquia representa um atrativo para os sírios buscarem asilo no país. Assim, por ser uma ponte entre os dois continentes, o território turco pode ser analisado como uma travessia para a Europa, em que os sírios podem se estabelecer e alcançar as melhores condições de vida almejadas. Na figura 2, observam-se as principais rotas e destinos dos refugiados sírios ao saírem da Turquia com objetivo da entrada no continente europeu:

Figura 2: Rota de Refugiados Sírios

Fonte: Patrick J. McDonnell (2015)³

De acordo com o ilustrado na figura, a rota utilizada pelos solicitantes de asilo desemboca no Mar Mediterrâneo, com entrada para a Grécia. Dessa maneira, tanto pelo mar quanto pela fronteira terrestre, aqueles que buscam refúgio conseguem adentrar no continente europeu pelo país grego. Em 2015, cerca de 850.000 indivíduos cruzaram o Mar Egeu entre a Turquia para chegar à Grécia. O número corresponde a vinte vezes a quantidade de chegadas por mar do ano anterior, o qual consiste em 41.000 pessoas (Operational Data Portal, 2023). Dessa forma, é perceptível a quantidade exacerbada e os impactos desses novos indivíduos nesses países. O continente europeu registrou mais de 2 milhões de aplicações de asilo, com a maior parte dos aplicantes originários da Síria, os quais foram realocados em cerca de 38

³ MCDONNELL, Patrick J.. A Desperate Migration. **Los Angeles Times**. Lesbos, on-line. set. 2015. Disponível em: <https://graphics.latimes.com/syria-to-greece/>. Acesso em: 05 nov. 2023.

países, e os que mais registraram consistem na Alemanha⁴ e na Suíça. A travessia pelo mar pode indicar uma saída mais acessível para os refugiados, mas consiste em uma das mais perigosas, visto que 3,770 mortes foram registradas nas travessias do Mar Mediterrâneo (UNHCR, 2015).

O continente europeu representa uma nova chance de vida para as pessoas que buscam asilo. Desse modo, a Grécia simboliza uma porta de entrada para uma área de livre circulação, visto que 26 países situados nesse continente constituem o “Espaço Schengen”. O acordo recebeu o nome de uma pequena aldeia localizada na região sul de Luxemburgo, e foi assinada inicialmente por Bélgica, Alemanha, França, Luxemburgo e os Países Baixos, no ano de 1985. A iniciativa propõe uma livre circulação de indivíduos dentro e entre os países que ratificaram o acordo, com a ausência do controle nas fronteiras internas dessa região (Comissão Europeia, 2020). Assim, a chegada de mais de 850.000 imigrantes provocou mudanças e ameaças para essa livre-circulação de pessoas, visto que aqueles que buscam asilo e recebem o visto, a residência ou são reconhecidos como refugiados, também podem circular livremente dentro desse território. Nesse sentido, a entrada do desconhecido, do “outro” por essa porta de entrada da Grécia, foi analisada como uma ameaça pela maior parte dos políticos e chefes de Estado do continente europeu, devido à vulnerabilidade proposta pelo Espaço Schengen, ao não realizar um controle fronteiriço no interior do seu território (Koma, 2017).

Para intensificar a “ameaça” a qual o continente europeu estava exposto, esse acontecimento recebeu o nome de “Crise dos Refugiados”. Ainda que migrar seja um direito garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), somado ao direito de pedir asilo em outro país, de acordo com a Convenção de 1951 (ACNUR, 2023), o conceito de crise foi utilizado pelos países para demonstrar o caráter de risco que estava associado à chegada desses imigrantes no continente europeu. A crise pode ser entendida como um “[...] fenômeno de disparada circular que só pode ser controlado por um mecanismo superior, natural e superior, que vai freá-lo, ou por uma intervenção artificial” (Foucault, 2008, p.81). Nesse sentido, o ano de 2015 indica um marco temporal de extrema importância para esse trabalho, visto que a partir dele, criou-se uma situação que supostamente ameaçaria a normalidade estabelecida no continente europeu e na Turquia, com a chegada em massa de

⁴ Entre 2015 e 2016, a Alemanha recebeu mais de 1,2 milhão de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio. Para mais informações sobre a gestão do país, consultar: ACNUR. **Angela Merkel recebe Prêmio Nansen do ACNUR por proteção a refugiados no auge da crise na Síria**. 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/10/04/angela-merkel-recebe-premio-nansen-do-acnur-por-protecao-a-refugiados-no-auge-da-crise-na-siria/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

solicitantes de refúgio naquele território. Assim, a fronteira, especificamente da Turquia, que até essa data estava relativamente aberta à população síria e demais refugiados, recebe uma pressão e atenção maior dos países europeus, para iniciar um controle e gerência da população que decide cruzá-la.

3 GESTÃO DOS REFUGIADOS NA TURQUIA

Por se tratar de um ambiente de criação de tensões, movimento de indivíduos, controle da população, trocas, entre outros, pode-se analisar a fronteira sob o viés da biopolítica. Nesse sentido, é necessário compreender em que medida a fronteira da Turquia foi transformada em um instrumento do biopoder para lidar com a entrada em massa de refugiados sírios dentro do território turco. Assim, primeiro será apresentado o estabelecimento das fronteiras físicas, com caráter de delimitar o espaço, somado ao sentido de defesa e segurança a elas atribuído. Após esse entendimento, e retomando o objetivo central deste trabalho, será explicitado como o controle e a gestão da população ocorrem nas fronteiras, por meio das políticas migratórias. Assim, será exposto como a fronteira física, por meio das políticas migratórias adotadas, exercem um biopoder, ao realizar o controle da vida dos indivíduos. Para exemplificar essa situação, demonstrar-se-á a utilização que o governo da Turquia fez do seu território para gerir o fluxo migratório de refugiados sírios após a crise de 2015.

3.1 FRONTEIRA FÍSICA E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

Os Estados modernos se estabeleceram baseados em seu território, população e riquezas. Assim, dentro do Sistema Internacional, a soberania de cada um é respeitada pelo princípio do direito internacional, visto que não há uma organização superior aos Estados-nações que regula suas atividades e relações. Nesse sentido, as fronteiras internacionais possuem o objetivo de limitar a jurisdição territorial de cada Estado, ao impor um limite, o qual pode ser físico, como barreiras, cercas e muros, ou uma linha imaginária, para determinar a sua área de controle e poder. Entretanto, as fronteiras estabelecidas não se restringem somente ao limite territorial, condizente ao espaço físico, mas são refletidas no social, por meio da compreensão da sociedade acerca desse instrumento e das políticas adotadas pelos Estados para o seu controle. Portanto, ao considerar as fronteiras como instrumento de delimitação de um território de ação pelo Estado, compreende-se que elas podem ser utilizadas como um dispositivo de controle, não somente do território, mas da sua população. Assim, pode-se analisar a fronteira como um dispositivo da biopolítica, visto que por meio dela, uma gestão da vida da população é realizada, tanto na sua dimensão territorial quanto social e política. Desse modo, para entender o poder que esse instrumento possui é preciso analisar como essas dimensões são conceituadas, a fim de estabelecer o controle que elas exercem sobre a população.

3.1.1 Estabelecimento das fronteiras físicas

Os Estados Modernos foram estabelecidos por distintos processos, como de conquista, exploração e anexação. Para fins desse trabalho, a análise principal ocorre entre democracias modernas liberais, como a União Europeia e a Turquia. Assim, para compreender a dimensão física da fronteira, faz-se necessária uma breve contextualização acerca do seu estabelecimento. Nesse sentido, com a formação de organizações sociais, inicia-se um processo de delimitação do território, em que há a jurisdição e um modo de vida conhecido e habitado. As fronteiras e limites do espaço eram determinados pelos desertos e confins, regiões de vazios demográficos, inabitados e inexplorados, os quais marcavam o “fim” de uma determinada vila ou povoado. No período da Antiguidade Clássica, o local da fronteira remetia a um espaço de representações simbólicas, com um caráter místico, em que eram realizadas oferendas e rituais aos deuses. Já durante os Impérios Chinês e Romano, foram construídas barreiras sólidas para delimitar o seu território e sua área de jurisdição, ainda que tivesse o intuito de expansão do império ao anexar outros povoados. A partir do século XIII, a palavra fronteira adquiriu um valor militar, relacionado ao “front” de guerra, local em que as tropas militares eram estabelecidas para controlar a entrada dos inimigos (Ferrari, 2011).

Observa-se que a noção de fronteira já estava presente com o intuito de delimitar um território a fim de proteger os indivíduos e os recursos nele circunscritos. Desse modo, com a criação do Estado Moderno no tratado de Westfália, em 1648, esse instrumento ficou definido para garantir a soberania territorial, com o reflexo na política adotada por esse Estado-nação, com os meios necessários para proteger não somente o seu povo, mas o território em si. Assim, no período da Renascença, a técnica da linearidade foi atribuída a esse elemento, que não mais figurava como algo místico ou somente um vazio inabitado, mas sim, uma linha de separação, de delimitação, entre um espaço e outro. Com a criação da cartografia, a noção adquirida na renascença sobre a fronteira ganhou mais notoriedade, pois a partir desse momento, a linearidade imposta sobre essa região se fez visível nos mapas utilizados para explorar os territórios (Ferrari, 2011).

Assim, a cartografia, no pensamento moderno “[...] cria no mapa a materialidade da fronteira linear e reenvia à ideia da circunscrição e apropriação de um território e de seu controle, da existência de uma soberania, da identificação da alteridade e de lugar de confronto” (Ferrari, 2011, p. 40). Portanto, o instrumento do mapa foi utilizado para sustentar o poder de reis e Soberanos, visto que possibilitou a descoberta e a exploração do seu espaço,

além de um uso estratégico do território para batalhas e defesa. Por conseguinte, para o campo da cartografia, o essencial consiste em delimitar essas áreas de jurisdição dos Estados modernos para garantir a sua soberania territorial, pautados no caráter da separação, ainda que nota-se uma ausência dos estudos acerca das especificidades territoriais restritas a cada local (Ferrari, 2011).

Nesse sentido, houve o desenvolvimento do estudo acerca desses limites territoriais, que não envolvem somente o caráter de separação, mas o estabelecimento e formação desses instrumentos. Assim, é possível observar que:

[...] o estado de propagação definitivo, marcado por um alto nível de civilização, caracterizaria a existência da fronteira. Em razão disso, um Estado marcaria seu território poderosamente, imprimindo a fronteira a que ele tem direito, dotada de funções de proteção e de defesa. (Ferrari, 2011, p. 61).

Portanto, o objetivo principal do Estado com o estabelecimento do limite, seria o da proteção, o qual também pode ser utilizado como demonstração de poder, devido a sua extensão. Junto a essa ideia, há o desenvolvimento da nação, a qual é formulada antes do Estado, mas que está atrelada ao território utilizado para o seu estabelecimento. Assim, a nação surge como uma necessidade para o reconhecimento de comunidades modernas, a fim de terem um espaço para compartilhar valores, tradições, culturas, e de se reconhecerem entre si, para cooperarem e se protegerem (Machado, 2005 *apud* Ferrari, 2011).

Observa-se que os conceitos atribuídos à fronteira física evoluíram, mas mantiveram o poder da circunscrição e delimitação de um território atrelado ao seu significado. Assim, o caráter de proteção e segurança ainda persiste sobre esse mecanismo, o qual é utilizado para expressar um limite entre dois espaços, e representa a soberania de um Estado sobre a sua população e território. Dessa forma, o elemento fronteiro exerce novas funções como: “[...] controle político, militar, fiscal e aduaneiro etc., mas adquire também a função ideológica e simbólica para exprimir o sentimento de nacionalidade (símbolos nacionais, como a bandeira etc.)” (Ferrari, 2011, p. 71). Por conseguinte, a região fronteira é marcada pelo limite de um território e da jurisdição de um Estado, que projeta nessa região, as medidas necessárias para garantir o desenvolvimento da sua nação, e também, a proteção e controle territorial.

3.1.2 Política das Fronteiras

Os Estados-nações na sociedade contemporânea possuem diversas maneiras de se organizarem. Democracias, ditaduras, impérios, são formas distintas de realizarem o governo dentro do espaço circunscrito. Na teoria, dentro das democracias, há a existência de uma soberania popular, sob a qual os indivíduos, que constituem o povo, possuem direitos e voz na articulação das leis para se autogovernarem. Dessa forma, a democracia seria constituída como um “governo do povo”, devido à característica da sua constituição baseada na sua própria população. Além disso, os Estados modernos estão dispostos em um Sistema Internacional, que implica a existência de outros Estados coexistirem em um espaço também de autogoverno, com a ausência de um ente supremo para regular a ação de cada um. Assim, Kant (1923; 1994 *apud* Benhabib, 2004) define que há uma soberania Westfaliana, em que os Estados modernos são soberanos no seu território delimitado, com a ocorrência de alianças casuais econômicas com os outros, e a soberania Liberal Internacional, em que há o compartilhamento de valores, morais, direitos, e um estreitamento das relações a fim de uma norma internacional compartilhada para a boa conduta. Nesse trabalho, essa última perspectiva será utilizada para analisar esse sistema.

No Sistema Internacional, há a existência de regimes internacionais, conceituados como “[...] um tipo de instituição internacional formado por um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões adotados e estabelecidos pelos Estados para regular ou moldar sua interação em torno de uma área temática particular.” (Muñoz, 2017, p. 173). Nesse sentido, insere-se o Regime Internacional dos Direitos Humanos, adotado principalmente pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), com a Declaração Universal de Direitos Humanos. Portanto, ainda que não haja uma espécie de governo global, os Estados são constrangidos pela existência de Organismos Internacionais e de Tratados, Acordos e Cortes Internacionais, a adotarem uma postura condizente com esses regimes. Dessa forma, há um certo paradoxo da legitimidade democrática, visto que dentro do Estado moderno há um ente republicano, que governa os demais, mas com a pressão da soberania popular de fazer a vontade do povo, somado à pressão internacional, dos direitos humanos, em conjunto com a própria vontade do presidente. Portanto, o ato de governar dentro das democracias modernas deve levar em consideração o ímpeto da população, já que ela possui o caráter de se autogovernar pelas leis que a cria, os direitos internacionais firmados pela ação cosmopolita, e as aspirações do próprio governo para aquele território (Benhabib, 2004).

Nesse sentido, dentro desses governos, os indivíduos possuem direitos a serem garantidos. Ainda que o direito cosmopolita, com a pressão de organismos internacionais e do próprio regime internacional, exija certa conduta, pode-se observar que:

O direito a ter direitos não pode ser garantido por um Estado mundial ou outra organização mundial, mas apenas pela vontade coletiva de entidades políticas circunscritas, que por sua vez perpetram, à esquerda e à direita, os seus próprios regimes de exclusão (Benhabib, 2004. p.57, tradução nossa).

Dessa forma, no século XXI, os governos dos Estados liberais modernos são responsáveis por gerir a vida do seu povo, constituídos com a demarcação das fronteiras e a formação da nação, em combinação com os outros fatores, como riquezas, recursos, território, clima, etc. A racionalidade se desenvolve como uma ferramenta a partir da qual os governos estabelecem um pensamento sobre como a realidade é e como ela deveria ser, o que se constitui a base para a formulação de políticas, a fim de garantir essa existência da sua população em conformidade com as demais questões. Portanto, a racionalidade exerce um papel de observação sobre a sociedade e identificação de problemas que afetam sua população, e para isso, medidas são tomadas por meio das tecnologias de governo. Elas seriam leis, normas, conhecimentos, hábitos, através dos quais as autoridades governamentais buscam instrumentalizar a conduta dos seus habitantes, para alcançar os objetivos formulados a partir da sua lógica (Araújo, 2006).

As políticas adotadas para controle fronteiriço e entrada de outros indivíduos dentro do território são formuladas a partir dessa racionalidade adotada pelos Estados liberais. Assim, há uma individualidade acerca de tempo e espaço em que cada governo se situa para adotá-las, o que não implica em uma normalidade acerca das políticas em âmbito mundial. Em cada contexto específico, uma racionalidade é formulada a partir dos fenômenos observados e, portanto, uma determinada maneira de lidar com aquilo é proposta pelos entes governamentais. Nesse caso, os programas nacionais dos governos possuem a capacidade de gerar soluções para as questões encontradas através desse exercício racional e, por meio da conduta moral adotada para lidar com cada uma delas, essas ações são realizadas desde um nível micro ao nível macro, dentro do território circunscrito a ele (Araújo, 2006).

Pode-se considerar que as políticas de imigração “[...] son un espacio institucional primordial para la construcción pública de la nación y sus fronteras, particularmente en términos de selección, diferenciación y exclusión de poblaciones” (Araújo, 2006, p. 54). Elas são adotadas como um mecanismo chave para a regulação da população dos Estados liberais

modernos, além de moldar comportamentos e categorizar indivíduos, por meio da reprodução de atos, leis, narrativas que constroem esse espaço político acerca da fronteira. Portanto, a dimensão política da fronteira reflete as ações adotadas pelos entes do governo nacional, com a capacidade de reprodução nos diversos âmbitos da vida social, que reproduzem a construção sobre um determinado grupo ou minorias que almejam adentrar esse espaço. Cada Estado possui a autonomia e soberania para aplicá-las como desejarem, por possuírem uma visão específica sobre cada fenômeno, e dentro do Sistema Internacional, ainda que haja as leis e acordos sobre essa regulação, a soberania estatal constitui uma máxima de permissão para que elas sejam implementadas sobre sua população (Benhabib, 2004).

Dessa forma, observa-se que a política adotada sobre o espaço delimitado pelas fronteiras internacionais, para controle e regulação dos Estados, não se faz mais com a imposição de leis, mas por mecanismos que constroem um certo tipo de comportamento. As políticas instrumentalizam uma forma de pensar, a partir da racionalidade, orientando como aquela população deve agir e se comportar, somado ao fato de quem pode ou não fazer parte desse conjunto. Devido ao caráter nacional atribuído às formas de governo, as narrativas formuladas para legitimar cada política são tidas como únicas, visto que possuem a capacidade de silenciar e excluir as demais visões acerca de um problema identificado. Assim, observa-se que o Estado possui o poder sobre toda a formulação dessa política, desde a observação dos fenômenos que precisam ser resolvidos, até a maneira para lidar com isso. Mesmo em um espaço formado principalmente por democracias liberais, essa problemática configura uma questão acerca de quem é considerado legal ou não, quem pode entrar nesse território ou não, e quais direitos esses indivíduos têm acesso ou não.

3.2 BIOPODER DA DIMENSÃO FÍSICA E POLÍTICA DAS FRONTEIRAS

A fronteira possui dimensões que exercem o controle de um dado território. Assim, no aspecto físico e político da fronteira, são observadas técnicas e formas distintas de proteção e regulação de acesso ao espaço do Estado-nação, com medidas adotadas para garantir a segurança e regulação da população localizada naquele local. Portanto, observa-se que há uma biopolítica dentro dos Estados Modernos, em prol da garantia e segurança da sua população, pelo controle da vida daqueles que cruzam e permanecem naquele ambiente. Assim, como já explicitado, cada dimensão da fronteira apresentada nesse trabalho será analisada pelo viés da biopolítica, visto que são utilizadas para regular e assegurar o controle dessa região, pautada nos mecanismos utilizados pelos entes governamentais para realizá-lo. Para além do fator da

gestão da população, que se insere no contexto biopolítico, cada dimensão também é utilizada como forma de garantir a segurança da população e, portanto, exercem estratégias do biopoder sobre aqueles que constituem uma ameaça ao pleno desenvolvimento da população. Dessa forma, faz-se necessário compreender como as dimensões das fronteiras são analisadas sob a perspectiva biopolítica, ao gerirem a população refugiada e nacional, e exercem o biopoder, ao categorizar e disciplinar os indivíduos, como ameaças ou como parte da nação, para entender de que modo os Estados Modernos, a exemplo da Turquia, reproduzem essas ações dentro do seu território.

A criação dos Estados modernos com a delimitação dos seus territórios por meio de fronteiras físicas indica a circunscrição da soberania de um governo sobre aquele espaço. Assim, a cartografia, desde o período da Renascença, auxiliou na demarcação de um local criado pela nação para se desenvolver, com os seus costumes, culturas, valores, e diversos fatores (Ferrari, 2011). Portanto, há a delimitação do povo que compartilha desse sentimento nacionalista e, dentro das democracias modernas, possuem o papel de governarem a si mesmo, com a garantia de um bem estar, visto que eles mesmos constituem a força e a riqueza daquela nação (Benhabib, 2004). Assim, a fronteira física possui o poder de delinear a população sobre a qual um ente Soberano possui o dever de regular, controlar e garantir a vida.

Dessa forma, no sentido da gestão e controle da população, a fronteira física restringe o espaço sobre o qual o Soberano pode agir. Assim, para Foucault (2008), a imagem do Soberano, que se aplica aos entes governamentais na contemporaneidade, possui o dever de articular os elementos físicos da natureza com a natureza da espécie humana para garantir o pleno desenvolvimento da sua população. Nesse sentido, a gestão da população que se faz dentro da fronteira física está relacionada a delimitar o meio em que essas interações ocorrem, em que o Estado possui o poder de agir e regular a vida da sua população, por possuir a soberania da ação e, portanto, adotar as medidas necessárias pautadas nas suas normas, leis e políticas nacionais. Por conseguinte, confere-se à fronteira o poder de controle e defesa, pois tudo que está “dentro” remonta à necessidade da supervisão e cuidado do governo, ao passo que quem cruza esse instrumento está sujeito às políticas ali adotadas.

Assim, ainda que no século XXI haja a ressignificação das fronteiras, elas ainda delimitam um espaço no qual há o desenvolvimento de uma nação. Portanto, os recursos que são circunscritos a ela, como fontes de energia, riquezas, etc. do mesmo modo que a população daquele local constituem entes que devem ser protegidos e assegurados, de acordo com a lógica de controle estatal. Com a delimitação do meio para o estabelecimento das

nações, há a urgência desse controle frente ao “medo” do desconhecido, daquele que não pertence à nação, que desconhece as leis e culturas ali estabelecidas (Foucault, 2008). Dessa forma, o biopoder exercido através da dimensão física consiste no controle securitário realizado na própria fronteira, com a rigidez da vigilância de entrada e saída do país, a militarização dessas áreas, o impedimento da entrada. Essas medidas são adotadas para garantir a segurança da sua população, visto que delimitam aqueles que correspondem à norma estabelecida pelo governo, e determinam quais são as ameaças que devem ser excluídas desse território (Foucault, 2008).

A Fronteira física é utilizada como um instrumento do biopoder, ao estabelecer os limites para a ação do soberano realizar o controle da população. Em nome desse espaço, políticas e normas são adotadas pelos entes governamentais para que haja um bom funcionamento entre os elementos e recursos físicos e naturais ali dispostos, e os indivíduos, constituída como a nação daquele território. O poder do governo nacional, de certo modo, é restrito a esse espaço, mas ele possui o dever de garantir a segurança e controle dessa região fronteiriça e de sua população.

Com o território delimitado e a população disciplinada, o Estado necessita agir sobre o conjunto todo para garantir a segurança e o controle da sua população. Nesse sentido, os mecanismos de segurança são adotados ao calcular probabilidades e antecipar e prevenir riscos dentro desse território, para que uma média aceitável de acontecimentos danosos a essa população ocorra, sem afetar o seu desenvolvimento. Dessa forma, esses mecanismos funcionam sobre o conjunto, mas não são impostos pela vontade do Soberano, visto que nas democracias modernas, não há uma relação de submissão entre súditos e Soberanos. Tais medidas são adotadas com reflexos direto no cotidiano da população, para que sejam aceitas de uma maneira branda, mas implementadas de acordo com os cálculos formulados pelo próprio Estado (Foucault, 2008).

Por conseguinte, as políticas migratórias refletem-se como mecanismos de segurança do Estado Moderno. Os entes governamentais das democracias liberais observam o fenômeno da migração como a entrada de seres “estranhos”, devido à norma formulada por eles, e da gestão da população em seu território. Esses indivíduos são observados como uma ameaça para o pleno desenvolvimento da sua nação. Para isso, políticas são adotadas com o propósito de regular essa entrada, a qual exerce um controle não somente no território, mas sobre toda a população, ao estipular quais direitos eles possuem acesso ou não, e se eles podem estabelecer-se naquele território ou não (Araújo, 2006). Assim, a política migratória adotada pelo Estado reflete a percepção que ele possui acerca do migrante, o qual é analisado como

uma ameaça e, quando potencializado pelo racismo do Estado, sofre a exclusão de direitos e fica marginalizado dentro dessa nova sociedade.

Dessa forma, os mecanismos de biopoder das políticas migratórias consistem no caráter de segurança que ela possui, ao formular as medidas que serão adotadas contra essa população que deseja se estabelecer neste novo território. O poder de deixar morrer também se reproduz pela dimensão política da fronteira, visto que as políticas migratórias são adotadas para garantir o direito da população e o seu pleno desenvolvimento. Assim, por não ser parte daquela nação e não ter acesso à cidadania, esse corpo “estranho” que pretende adentrar esse novo território é excluído da política, visto que não corresponde a norma estipulada pelo governo. Dessa forma, os direitos não são assegurados a ele, não somente por ele ser um “estranho”, mas por representar um perigo ao pleno desenvolvimento da população, e portanto, deve ser banido daquele local (Foucault, 2008).

Em nome da segurança, do controle e da proteção da vida da população, a maior parte das políticas destinadas à fronteira dentro da perspectiva dos países analisados nesse trabalho desenvolve-se no âmbito de rigidez à entrada de corpos distintos. Assim, a racionalidade do Estado percebe esse fenômeno como uma ameaça ao seu pleno desenvolvimento, e desenvolve políticas para barrar essa situação (Araújo, 2006). Nesse ínterim, interpreta-se que os migrantes que buscam melhores condições de vida, ao serem dispostos como estranhos à norma, são excluídos das políticas, e por isso, são abandonados à “morte” dentro desse novo território. Portanto, é possível observar como a dimensão física e política da fronteira são instrumentos do biopoder, ao serem utilizadas para o controle e regulação da vida da população.

3.3 ANÁLISE DA FRONTEIRA FÍSICA E DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS TURCAS SOB A ÓTICA DA BIOPOLÍTICA

As bases teóricas para interpretar as fronteiras como instrumentos de controle populacional, na perspectiva da biopolítica, e por exercerem o biopoder, foram dispostas neste trabalho anteriormente, demonstrando como o governo circunscreve o território, por meio das fronteiras terrestres, e institucionaliza o seu controle com as políticas migratórias. Para aprofundar o argumento desta pesquisa, é necessário analisar em que medida as políticas adotadas pela Turquia no contexto da “Crise de Refugiados” foram utilizadas como um instrumento para reforçar o exercício do biopoder, ao exercerem um controle sobre a vida daqueles que decidiram por cruzar esse território. Assim, será demonstrado como a

identificação dessa ameaça, pela observação do governo, em conjunto com atores externos, contribuíram para o enrijecimento do controle fronteiriço, somado a uma política voltada para o retorno de refugiados sírios ao país de origem. Portanto, espera-se demonstrar como as políticas adotadas nacionalmente pelo governo da Turquia exercem um controle sobre a vida daqueles indivíduos identificados como uma ameaça à segurança nacional e internacional.

3.3.1 O Acordo entre Turquia e União Europeia após 2015

Para compreender a gestão populacional realizada no território turco, é necessário analisar a ligação que o país possui com a União Europeia, devido à existência da fronteira entre eles, e também, pelo fato da Turquia ser utilizada como uma das portas de entrada para o continente europeu.

A relação entre Turquia e União Europeia remonta ao período do Império Otomano, com o estabelecimento das fronteiras turcas e a tomada do território pelos Aliados, como já exposto. Atualmente, há uma maior proximidade entre eles, devido aos interesses em comum e aos objetivos almejados com o estreitamento das suas relações. Por um lado, a Turquia representa um aliado significativo da União Europeia, devido a sua atuação na OTAN, à posição geográfica e ao controle que exerce nos estreitos de Bósforo e Dardanelos, assim como ao Mediterrâneo e ao Mar Negro, ao constituir essa ponte para transporte e passagem de recursos oriundos do Ocidente. Por outro lado, pertencer à União Europeia significa uma maior proximidade com o Ocidente, e reforçaria o papel de líder regional que o país almeja alcançar com a sua política externa, além do livre acesso aos países membros da União (Wichers, 2019).

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um maior esforço do país turco em estreitar as relações com o bloco europeu. No ano de 1959, a Turquia mobilizou um primeiro pedido para adentrar na Comunidade Econômica Europeia e, como resultado, em 1963, ambas as partes firmaram o *Ankara Association Agreement*. O acordo possui o objetivo de fortalecer as relações econômicas e comerciais entre as partes, com o propósito de estabelecer, de modo progressivo, uma união aduaneira (Official Journal of the European Communities, 1963). Em 1987, o país turco realizou um novo pedido para tornar-se membro efetivo do bloco, mas somente em 1999 o Conselho Europeu de Luxemburgo considerou a Turquia como um candidato para adentrar na União Europeia. Com esse feito, o país já possuía acesso a fundos e programas, assim como participações em agências da UE (Ott, 2017). Para ser parte do bloco, o país precisaria adotar e padronizar certas medidas, assim como realizar ações de

uniformidade, que já são estabelecidas entre os países membros. Entretanto, em 2006, com a divergência de visões dos países do bloco acerca da entrada do país turco, em que França e Alemanha adotaram uma postura contrária a entrada da Turquia (Roselli *et al*, 2012), somado a declarações controversas do Chefe de Estado turco, assim como medidas que violam os direitos humanos para lidar com a questão dos Curdos no território (Wichers, 2019), as negociações foram parcialmente suspensas (Ott, 2017).

Com a “Crise de Refugiados” de 2015, as negociações entre o bloco e o país turco se intensificaram. Assim, a preocupação com a evidente ameaça representada pela chegada desenfreada dos imigrantes através da Turquia, fez com que a União Europeia iniciasse uma discussão para gerir, de acordo com os seus interesses, essa população. Tal ação está inserida no contexto da externalização das fronteiras, ao passo que o bloco, por meio de políticas migratórias e acordos firmados com países terceiros, almejam realizar o controle do seu território interno, no qual há a livre circulação de pessoas residentes de países membros. Dessa maneira, busca-se firmar acordos com países no exterior da UE, principalmente aqueles que se encontram em áreas estratégicas, como locais de origem e de trânsito das rotas migratórias. Destarte, há uma garantia de que o controle populacional, de entrada e saída de membros externos, é realizado, ao mesmo passo que não é necessário introduzir esse “terceiro” dentro da sua própria política (Casas-Cortes; Cobarrubias; Pickles, 2015). Com essa estratégia, a União Europeia consegue realizar o controle de países externos à sua soberania, enquanto garante a sua segurança interna.

A Turquia, por sua vez, consiste em um país terceiro, o qual não pertence ao bloco europeu, mas representa um território de trânsito, uma rota, para os imigrantes que almejam adentrar no continente europeu. Somado a isso, está a “Crise de Refugiados” de 2015, que demonstrou como o país turco foi e ainda é utilizado como porta de entrada pelos imigrantes e refugiados. Dessa forma, como já demonstrado anteriormente, o evento caracteriza um problema para o continente europeu, e a política de portas abertas adotada pelo governo turco para lidar com essa questão, representava uma ameaça devido à chegada em massa dos refugiados.

Assim, no final de 2015, discussões acerca do controle migratório da região constituíram a pauta entre as duas partes. Em reuniões ocorridas em novembro de 2015, um plano de ação conjunto foi estabelecido para elaborar uma resposta à crise migratória. Nesse momento, a União Europeia forneceu 3 bilhões de euros para financiar projetos com foco nos refugiados e na liberação de vistos. Na terceira reunião das partes para debater a questão migratória da região, ocorrida em 18 de março de 2016, Turquia e União Europeia firmaram

um Acordo com ações práticas para realizar o controle da região fronteiriça. Desse modo, o Acordo UE-Turquia foi interpretado como uma política migratória, inserida no âmbito da externalização das fronteiras, visto que havia o objetivo principal de realizar o controle de uma área externa às fronteiras da União Europeia para conter a crise analisada pela Turquia (Conselho Europeu, 2019).

Segundo o acordo, a partir de 20 de março de 2016, os migrantes irregulares que saíram da Turquia com destino às Ilhas Gregas, seriam devolvidos para o país turco, do mesmo modo que aqueles que tiveram o seu pedido de asilo negado pelas autoridades gregas. No acordo, está disposto que esse retorno à Turquia ocorreria alinhado com as normas internacionais, o que corresponderia a uma "[...] medida temporária e extraordinária, necessária para pôr fim ao sofrimento das pessoas e restabelecer a ordem pública" (Conselho Europeu, 2019, on-line). Aqueles que chegassem às Ilhas Gregas de maneira regular possuiriam o seu pedido de asilo processado por autoridades do país, da Turquia, e da ACNUR, e os custos para o regresso dos migrantes irregulares, assim como os que tivessem o pedido de asilo negado, seria assumido pela União Europeia. Entretanto, aqueles que solicitaram refúgio, mas eram originários de um Estado considerado seguro para os indivíduos, com capacidade de fornecer a proteção necessária para eles, também possuiriam o seu pedido negado e precisariam retornar ao local de origem (Almeida; Silva, 2016). A declaração afirma que não haveria expulsão em massa do território, a fim de não violar leis de acordos internacionais, como a Convenção de 1951 (Conselho Europeu, 2019).

Como a Turquia foi considerada um país seguro segundo as concepções do bloco europeu, os refugiados que partiam do país também seriam considerados para a deportação (Mcewen, 2017). Além disso, o acordo determinou que para cada sírio devolvido à Turquia devido à migração irregular ou por pedido de asilo negado, um outro cidadão sírio proveniente do mesmo país seria reinstalado na UE. O número máximo de reinstalação ficou restrito a 72.000 indivíduos, com prioridade para aqueles sem tentativas de entradas irregulares no continente europeu. Também seria necessário que o país turco evitasse a criação de novas rotas marítimas ou terrestres, utilizadas pelos imigrantes, para adentrar de maneira irregular no continente. Para isso, deveria ocorrer o maior controle das fronteiras da Turquia, assim como o encerramento da política de portas abertas adotada pelo governo para lidar com os refugiados em massa no início da Guerra da Síria (Conselho Europeu, 2019).

Em troca do endurecimento fronteiriço da região turca, o bloco europeu garantiu uma maior cooperação com o país. Nesse sentido, o acordo estabeleceu que a liberalização do regime de vistos dos Estados-Membros para cidadãos turcos seria acelerado, com a condição

da normalização da Turquia para tal feito. Somado a isso, a UE forneceria 3 bilhões de euros voltados ao financiamento de projetos ao público refugiado e de proteção temporária, dentro do território turco, com a possibilidade de suplementação de mecanismos, com euros adicionais, até o final de 2018. Do montante total, 1 bilhão corresponde ao orçamento disponível da União Europeia, ao passo que o restante do valor advém da contribuição dos Estados-Membros de acordo com a sua participação na renda nacional do bloco (Ott, 2017). Além disso, as discussões sobre a adesão do país Turco no bloco europeu, assim como a criação da união aduaneira entre as partes, seriam aceleradas e colocadas em prática, a fim de analisar com prontidão a candidatura da Turquia à entrada no bloco econômico (Conselho Europeu, 2019).

Dessa forma, o Acordo UE-Turquia de março de 2016 constituiu um mecanismo político para externalizar a fronteira da União Europeia ao impor condições para a Turquia realizar um maior controle fronteiriço. Com o valor financiado pelo bloco, somado ao retorno das negociações para entrar na UE, e a liberalização de vistos para os cidadãos turcos, a Turquia afirmou a declaração com o foco principal nos seus objetivos geopolíticos regionais. Os dados apontam que o objetivo principal do acordo, que seria diminuir a entrada de imigrantes no bloco europeu, foi alcançado. As chegadas por mar diminuíram cerca de 97%, as quais correspondiam a 5.005 indivíduos por dia em dezembro de 2015, e passaram a ser de 43 pessoas diariamente em março de 2016. O número de mortos também reduziu no mar Egeu. Antes do acordo, o número era de 1.145 no ano e passou para 80 óbitos no ano seguinte à declaração (Mcwen, 2017).

O acordo também refletiu na militarização das fronteiras turcas, além de controles físicos estabelecidos pelo país. Nesse sentido, criou-se uma Agência de Controle de Fronteira, com o plano inicial de designar cerca de 70.000 oficiais da guarda costeira e do Departamento de Polícia Nacional para realizarem o controle deste local. O espaço também sofreu uma modernização associada aos mecanismos de controle fronteiriços, com a introdução de passaportes eletrônicos, requisito para normalizar as políticas de entrada de acordo com a UE e câmeras térmicas para identificar movimentos dos indivíduos. Somado a isso, minas também foram implementadas no local da fronteira, com a justificativa da luta contra o terrorismo no local, principalmente na fronteira com a província de Hatay, devido à grande presença curda nessa região (Koca, 2015).

O controle fronteiriço também ocorre pela construção de impedimentos físicos à entrada dos imigrantes. Em 2014, o governo turco iniciou a construção de um muro na fronteira com a Síria, o qual foi prolongado em 2016. Assim, ao longo da fronteira de 911 km,

os pontos de entrada passaram a sofrer controles intensos, com a abertura e fechamento destes ao longo dos anos. No início do conflito, a política adotada pela Turquia consistia em uma abertura das fronteiras, a qual foi formalizada pelo modelo de proteção temporária formulado pelo país para lidar com a questão dos refugiados sírios. Contudo, em 2017, dos 19 pontos existentes para entrada no território turco, 13 foram fechados, 3 eram restritos, e somente 3 estavam abertos. Dessa forma, constantemente o país realizava a abertura ou o fechamento desses locais, principalmente em datas festivas religiosas, havia uma maior abertura para a entrada da população imigrante (Olejárová, 2018).

O acordo UE-Turquia para lidar com a questão migratória dessa região provocou diversas mudanças. As políticas adotadas promoveram o enrijecimento da fronteira da Turquia, até então aberta para o recepcionamento da população síria, com a militarização desse espaço e o fechamento de pontos de entrada. Além disso, as políticas adotadas pelo país não se baseiam mais na política de portas abertas e no acolhimento humanitário, visto que os refugiados sírios possuem uma política de retorno, definido pelo acordo, tanto para a Turquia, quanto a possibilidade de retornarem ao país de origem, a depender do modo de entrada no país, e o processamento do seu pedido de asilo. Portanto, é visível como a UE utilizou o espaço fronteiro da Turquia para externalizar as suas fronteiras e realizar o controle da população que deseja adentrar o território turco e europeu. Para isso, contrapontos de barganha, como recursos financeiros e a retomada das negociações para a entrada da Turquia no bloco econômico foram utilizados para fortalecer a cooperação entre as partes para lidar com a questão migratória. Nesse sentido, e reforçando o argumento central desta pesquisa, a fronteira até então “porosa”, aberta para a população síria, passa a ser utilizada como um instrumento para materializar a gestão e o controle dessa população, observada como irregular e indesejada, a partir da “Crise de Refugiados”. Para além do controle físico e político, o reforço de estigmas associados à população síria, assim como as diferenças culturais entre as populações, reforçam a imagem de um ser “estranho” no território, o qual também deve ser “eliminado” ou impedido de entrar nele.

3.3.2 Gestão fronteiriça da Turquia sob a perspectiva do biopoder

Em um contexto de “crise” migratória, medidas extraordinárias são adotadas para lidar com a chegada de indivíduos em massa ao território. Por se tratar de indivíduos que cruzam fronteiras, há um modo de operar o controle sobre suas vidas que reflete o poder dos governos, visto que as políticas são adotadas para permitir ou negar e excluir a entrada desses

novos corpos dentro de um território. Assim, faz-se necessário analisar como as políticas migratórias, com impacto nas fronteiras físicas, adotadas pela Turquia exerceram o biopoder ao controlarem a entrada e a gestão da população síria dentro desse país.

Conforme já explicitado pelo trabalho, o estabelecimento das fronteiras, principalmente com a criação dos Estados Modernos, garantiu a soberania territorial de um Estado-nação, o qual dispõe dos meios necessários para proteger sua população e o seu território (Ferrari, 2011). Assim, há sobre a fronteira física um caráter de proteção e defesa, e para Foucault (2008), o Soberano, analisado neste trabalho como o governo, utiliza essa delimitação do território para gerir a sua população. Dessa maneira, mais do que delimitar o poder de ação do governo, o meio consiste no local em que ele age, como um articulador entre os elementos físicos e sua população, para garantir a segurança e o desenvolvimento dela própria (Foucault, 2008). Dessa forma, a Turquia, ao enrijecer o seu controle fronteiriço, delimitou a população que estava destinada às suas políticas, além de exercer o poder em relação a elas, em nome da segurança e da defesa do seu próprio território.

Em um primeiro momento, o governo da Turquia adotou uma política de portas abertas para os sírios, devido ao suposto caráter temporário atribuído ao confronto sírio, causa principal da migração em massa para o país. Entretanto, ao passo que o conflito se acirrou, as chegadas no país turco tornaram-se frequentes e exorbitantes, alcançando o ápice no ano de 2015, quando a Turquia recebeu cerca de 2,5 milhões de sírios (UNHCR, 2015). Nesse momento, o país turco foi pressionado, tanto pela população, quanto por atores externos, como a União Europeia, para regular essa entrada em massa. A principal queixa da União Europeia seria a utilização do território turco como uma ponte para o continente europeu, além das imigrações irregulares e o tráfico humano (Almeida; Silva, 2016). Assim, com o acordo firmado no início de 2016, a Turquia estabeleceu uma cooperação com o bloco europeu para impedir a entrada e promover a devolução dos sírios (Conselho Europeu, 2019). Nesse cenário, as fronteiras foram militarizadas, com maior presença de agentes fronteiriços, minas terrestres, construção de muros, além de serem fechadas constantemente (Koca, 2015).

Assim, interpreta-se que esse controle territorial realizado através do fechamento da fronteira internacional da Turquia, constitui um mecanismo de segurança. Esse mecanismo, como já explicado no texto, consiste em um cálculo realizado pelos entes governamentais para estipular uma série de acontecimentos que são aceitáveis ou não, e baseado nessa média adquirida com os cálculos, as políticas são adotadas para garantir a segurança da população (Foucault, 2008). Isso possui embasamento na racionalidade do Estado de analisar os problemas enfrentados e adotar medidas consideradas necessárias, de acordo com o governo

estabelecido, para lidar com os problemas identificados por ele (Araújo, 2006). Assim, o governo da Turquia, ao observar a entrada em massa de refugiados dentro do seu território, realizou um cálculo para definir o que seria aceitável ou não, e portanto, qual política deveria ser adotada para lidar com essa questão.

Após esse cálculo, o governo estabeleceu que a chegada em massa dos refugiados sírios constituía um acontecimento que exigia medidas extraordinárias para serem contidas, visto que apresentavam uma ameaça à segurança da sua população, e para isso, adotaram as medidas que consideravam justas, para realizar esse controle. Portanto, esse mecanismo foi utilizado para agir sobre a população como um todo e garantir as condições necessárias para que ocorresse o desenvolvimento daqueles que eram considerados a norma, sem a interferência de acontecimentos externos (Foucault, 2008).

Nesse contexto, pode-se afirmar que o governo da Turquia observou a entrada de refugiados em massa em seu território como um evento considerado fora da norma, e por isso, adotou medidas para lidar com essa questão, com fins de garantir a segurança da sua população, somada à pressão da União Europeia. Assim, o biopoder exercido pelo governo da Turquia se deu ao realizar esse controle de movimento, ao impedir a entrada dos sírios que recorriam à proteção no novo território.

Esse poder foi institucionalizado pelas políticas migratórias, como o exemplo do acordo estabelecido com a União Europeia, o que reforça a concepção apresentada no texto, de que essas políticas são um espaço de seleção e exclusão de populações (Araújo, 2006). Assim, os sírios foram impedidos de entrar no território turco, e aqueles que desejavam ir para a Europa, também possuíam o seu movimento restrito, tendo esse controle sobre a sua própria vida, ao impor que ficassem limitados a locais em que corriam risco de morte.

A União Europeia também se utilizou da fronteira da Turquia para instrumentalizar a sua biopolítica. Nesse sentido, observa-se o acordo firmado entre os países como um movimento de externalização de fronteiras, em que o bloco europeu aproveitou-se de um país terceiro, localizado estrategicamente como origem das rotas migratórias para frear esse movimento desde o início. Assim, os refugiados já possuíam o seu movimento barrado pelo bloco desde o princípio, em que havia um controle sobre a vida desses que buscavam melhores condições. Isso ocorreu principalmente devido à percepção de ameaça para a comunidade europeia, devido às diferenças culturais, mas também à existência do Espaço Schengen. (Wichers, 2019). Assim, essa medida também implica que a “[...] definição da fronteira cada vez mais não se refere ao limite territorial do Estado, mas às práticas de gestão dirigidas a

‘onde o migrante está’” (Casas-Cortes; Cobarrubias; Pickles, 2016, p. 232, tradução nossa). Exercendo, assim, um biopoder.

Entretanto, devido à pressão do Sistema Internacional, as políticas adotadas pelos países sofrem a influência de acordos internacionais (Benhabib, 2004). Nesse sentido, ainda que a Turquia não reconheça os sírios como refugiados, de acordo com a Convenção de 1951, conforme o Regime de Proteção Temporária, desenvolvido pelo próprio país, os sírios não poderiam ser devolvidos à Síria, além de serem tratados com base na Declaração Universal de Direitos Humanos (Kanat; Üstün, 2015). Por conseguinte, pode-se considerar que o país adotou uma visão distinta da promulgada por ele mesmo ao firmar o acordo com a União Europeia, visto que sírios que chegassem à Europa de maneira irregular ou tivessem o pedido de asilo negado, corriam o risco de serem retornados para o país de origem. Ademais, sírios que iniciassem a rota migratória de um país considerado um local seguro, também seriam retornados a esse território (Almeida; Silva, 2016). Dessa forma, a política adotada para gerenciar a questão migratória exerceu um controle sobre a vida dos sírios, ao acordarem o seu retorno “voluntário” contra a vontade deles próprios. Além disso, esses locais foram considerados seguros de acordo com a própria concepção dos países acordantes, o que pode provocar certa imparcialidade nessa definição, já que os países desejavam a “expulsão” desse corpo estranho dentro do seu território.

O acordo firmado com a União Europeia institucionalizou uma política de exclusão, ao promover o enrijecimento do controle fronteiriço da região, somado à gestão da vida daqueles que já realizaram a travessia, o que fere o próprio princípio de *non refoulement* exposto no regime de proteção temporária da Turquia. Ao estabelecer que sírios podem ser realocados em outros países, o governo turco exerceu uma ação de controle sobre a vida desses indivíduos, para garantir a segurança da sua população, às custas da própria sobrevivência do povo sírio.

Ainda que o acordo estipulasse que para um sírio que permanecesse na Turquia, outro seria realocado em algum país da União Europeia, a afirmação não se fez verdadeira até o momento estudado. Isso pode ser demonstrado ao analisar que entre março de 2016 e março de 2021, somente cerca de 28.000 refugiados sírios foram reassentados no continente europeu, número inferior à quantia máxima estabelecida no acordo, que consiste em 72.000 indivíduos (Terry, 2021). Além disso, o governo turco estabeleceu políticas voltadas para o retorno voluntário de sírios ao país de origem, mesmo com as condições do conflito ainda existentes (Terry, 2021). Essas medidas se inserem no contexto da violação dos direitos humanos e da legislação proposta pela Turquia, ao promoverem esse retorno perigoso, somado à falta de

assentamentos considerados seguros no continente europeu, como estabelecido pelo acordo. Assim, observa-se que as medidas adotadas em prol da segurança dos territórios e da população turca e europeia foram colocadas acima da garantia de direitos e sobrevivência dos sírios, o que foi institucionalizado pelas políticas migratórias e controles fronteiriços.

Nesse sentido, o biopoder das fronteiras atua sobre a perpetuação da condição de vulnerabilidade desses indivíduos. A Turquia, sob pressão do seu próprio governo, e também da União Europeia, realiza o controle da vida dos sírios, ao determinar, em grande medida, que eles não podem mais cruzar para o continente europeu, com o novo acordo, além de adotarem ações para realocarem esses refugiados para locais que configuram uma ameaça à vida. Logo, ao analisar a entrada de refugiados no geral, no continente europeu, observa-se que a partir do acordo estabelecido entre as partes, o número de chegadas pelo mar caiu drasticamente, a qual reduziu cerca de 80% no ano de 2016, em comparação com o valor de 2015 (Operational Data Portal, 2023).

Dessa forma, pode-se considerar que os objetivos firmados no acordo foram atingidos e os dados comprovam como a gestão dessa população foi realizada pelo governo turco. Os sírios, ao entrarem na Turquia e ao permanecerem no país, correm o risco de serem deportados, além de permanecerem em uma situação de extrema vulnerabilidade. Assim, observa-se como a fronteira, até então porosa e aberta para o recepcionamento dos sírios, a partir da observação da sociedade e do governo turco, com a identificação de um risco, exerce um controle sobre a vida desses indivíduos.

Nesse sentido, ao considerar que a entrada em massa de refugiados sírios, com o ápice em 2015, em busca de proteção apresentava uma ameaça para o desenvolvimento da sua população, o governo Turco cria medidas de segurança para manter essa ameaça longe do seu território, por meio do seu programa de governo. Isso é potencializado com o Acordo firmado entre União Europeia, política migratória que circula a visão dominante do governo como a aceitável por toda a população, e promove o enrijecimento do controle fronteiriço, com a militarização das fronteiras turcas, somada a uma política de retorno e deportação para aqueles que realizarem a migração irregular, ou tiverem origem de um país considerado “seguro”.

Além disso, a política adotada pela Turquia para lidar com a “crise” migratória, consiste em um programa nacional de governo, a qual é reproduzida, pelos discursos e práticas, como uma ideologia dominante (Araújo, 2006). Dessa maneira, a solução adotada pelo país reflete uma percepção acerca dos refugiados que, ao ser reproduzida de maneira nacional, auxilia na criação de uma imagem desses indivíduos que desejam se estabelecer no

território turco. As tecnologias de governo, como as leis, discursos, hábitos (Araújo, 2006), assim como a norma adotada por ele (Foucault, 2008), instrumentalizam uma visão de mundo, que cria uma visão negativa sobre esses refugiados. Portanto, ao se utilizar de uma política em grande parte discriminatória e reproduzida pelos discursos dominantes, há a influência no pensamento da população turca, que reflete nas barreiras sociais enfrentadas pelos sírios, as quais serão abordadas no capítulo seguinte.

Assim, o mecanismo de segurança adotado pelo governo turco, instrumentalizado pela sua política migratória, e com a militarização das fronteiras, demonstra o efeito do biopoder sobre a fronteira da Turquia. Isso pode ser observado ao considerar que as fronteiras, após 2015, exercem um papel de formar a ideia do indivíduo que demonstra uma ameaça à segurança daquele território. Assim, o poder de fazer viver e deixar morrer é refletido pelo governo da Turquia ao impedir que sírios busquem outros locais mais seguros para se estabelecerem, além de não proporcionar as condições necessárias ou promover os direitos básicos para os que residem nesse país.

4 A IDEIA DO REFUGIADO NO IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO

Cultura, valores, religião e demais aspectos sociais no geral possuem interferências na visão de mundo dos indivíduos. Nesse sentido, uma cultura dominante, produzida nacionalmente, exerce forte influência sobre a perspectiva de vida de outros indivíduos dentro de um mesmo espaço. Com a reprodução em massa de certos costumes e atitudes, essas intervenções moldam pensamentos e criam distinções dentro da própria sociedade. Barreiras sociais são impostas dentro dos Estados-nações e contribuem para a divisão da população, baseada em características aleatórias. Nesse sentido, aqueles que se diferem dos padrões estabelecidos configuram sujeitos “estranhos” àquele território. Dessa forma, é preciso analisar de que maneira há a influência dos fatores sociais na criação da imagem desse indivíduo que cruza a fronteira, e como esses fatores configuram as estratégias de biopoder sobre a vida dessa população. Assim, demonstrar-se-á que as barreiras sociais auxiliam na criação e reprodução da imagem do refugiado como um “outro”, que em sua maioria, é marginalizado e excluído das políticas por representar uma ameaça à população local. A fim de demonstrar como essa fronteira social é mais um instrumento do biopoder, serão apresentadas análises da mídia em conjunto com índices sociais.

4.1 FRONTEIRA SOCIAL

De acordo com Foucault (2008), os mecanismos de disciplina são reproduzidos conforme a norma estabelecida, para disciplinar os indivíduos a agirem em concordância com esse regulamento. Desse modo, fronteiras simbólicas, que perpassam a característica física de controle de território, mostram-se presentes na sociedade contemporânea. Para o seu estabelecimento, de acordo com a teoria da identidade social, um grupo que compartilha valores similares se auto intitula como positivo, e insere-se em uma comparação para diferenciar-se de outros. Esse exercício possui o objetivo de manter uma classe superior à outra (Lamont; Molnár, 2002).

Desse modo, os atores sociais são categorizados com o intuito de perpetuar essa diferença entre uma classe e outra. As fronteiras, tidas também como barreiras, são estabelecidas dentro da sociedade e produzem uma visão de diferenciação entre os grupos sociais, com isso, há a criação do “outro”. Os grupos dominantes conseguem legitimar sua cultura sobre esses “outros”, tidos como inferiores, e classificam o que é aceito ou não, o que é puro ou impuro. A reprodução desses atos consolida esse conjunto como superior e cria

classificações inconscientes sobre os indivíduos, por meio da formulação da fronteira social (Lamont; Molnár, 2002).

Os valores éticos e morais, costumes, religiões, educação, são tidos como instrumentos para reproduzir esse modo “correto” de vida, ao passo que o diferente, a exemplo de migrantes e refugiados, são vistos como um “outro”, com atributos considerados como seus próprios valores, etc. Os grupos dominantes possuem apoio e legitimidade do Estado, portanto, seus valores e cultura são reproduzidos, e, por serem considerados a norma, ocupam uma posição monopolista dentro dos aspectos sociais que regem a população. Assim, as normas (re) produzidas pela população nacional são mais aceitas visto que o Estado constitui o principal regulador e difusor delas, e por isso, conseguem oprimir aquelas produzidas pelos “outros” (Bauböck, 1998).

Um instrumento de afirmação da cultura dominante consiste na linguagem utilizada para construir essa sociedade aceitável. O discurso possui a capacidade de criar uma retórica, a partir de um ponto de vista, e reproduzi-la em diversos âmbitos da vida social, dentro das escolas, da religião, dos costumes, na política, etc. Assim, por meio da linguagem, o governo constrói uma retórica dominante, e que deve ser aceita, sendo uma ferramenta utilizada para construir esse sentimento de nação, e determinar quem será ou não aceito no local. Com esse artifício, discursos de minorias ou distintos daqueles dominantes são marginalizados e silenciados, ao passo que a construção proposta pelos dominantes, influencia cada vez mais o pensamento e o modo de agir daqueles que estão sob esse domínio. Dessa forma, o discurso pode ser caracterizado como uma técnica do governo, que “[...] son afrontados como procedimientos de inscripción, modos de manufacturar la realidad haciéndola así manejable y regulable en una y otra dirección” (Vázquez, 2005 *apud* Araújo, 2006, p. 62).

No cenário que será analisado nesse trabalho, no contexto da fronteira entre União Europeia e Turquia, pode-se entender que a cultura estabelecida como a dominante em um dado território alcança o âmbito nacional principalmente com a ideia de “nação” produzida naquele espaço (Bauböck, 1998). A partir do século XVIII, com a escolarização da sociedade, unificação de costumes e crenças de uma população, entre outros fatores, surge um sentimento de pertencimento a um determinado local, o qual resulta de uma interseção de variáveis para se definir “como comunidad política imaginada, inherentemente limitada y soberana” (Anderson, 1993 *apud* Araújo, 2006, p. 60). Dentro desse processo de formação de uma nação, que antecede a própria criação do Estado, há uma universalização de uma cultura dominante, na qual tradições e visões de mundo consideradas distintas ou diferentes daquela principal são colocadas de fora desse âmbito nacional (Araújo, 2006).

Uma característica importante para a nação baseia-se no sentido de cidadania, a qual define quem são os cidadãos daquele Estado e possuem os direitos civis. Portanto, a cidadania não se restringe somente ao senso de pertencimento daquele local, já que possui uma dimensão formal, acerca das tradições sob as comunidades etnoculturais e filiação a instituições e valores políticos comuns, assim como uma dimensão cultural, que se baseia nas regras para acessá-la, com as obrigações e deveres de cada cidadão para ter a garantia dos seus direitos. Por conseguinte, o acesso à cidadania impõe uma divisão social, que se expressa no caráter da fronteira social, ao estipular quem pode acessar ou não os direitos dos cidadãos nacionais. Portanto, considera-se que “la institución nacional reposa sobre la demarcación de fronteras ‘visibles o invisibles, pero siempre materializadas en unas leyes y en unas prácticas.’” (Balibar, 2003 *apud* Araújo, 2006, p. 62). Dessa forma, reforça-se o caráter institucional que as fronteiras sociais estabelecidas possuem, ao serem legitimadas pelas políticas adotadas pelos entes governamentais e reproduzirem a cultura dominante.

Portanto, mais do que circunscrever territórios e controlar o acesso ao Estado Nação, as fronteiras sociais existem internamente, e regem a população, por meio de culturas, costumes, valores, visões, entre outros. Assim, a cultura dominante faz uso desse artifício, principalmente pela produção de discursos, para reproduzir normas disciplinadoras, que perpetuam as suas ações, de modo nacional, ao passo que oprimem aquela tida como diferente, externa, “outra”. A cultura também se mostra como um meio de obter o controle do território, não somente ao reproduzir as normas estabelecidas, mas por excluir aqueles que não se adequam e não reproduzem os atos estipulados, do mesmo modo que não se enquadram dentro daquela nação. Nesse sentido, o controle é realizado no aspecto das ideias da população, ao imporem como deve ser sua religião, seus valores e costumes, sua educação, ao seguir a norma e estipular quem deve ou não ser aceito como cidadão daquele espaço. Portanto, pode-se afirmar que a fronteira possui a sua dimensão social baseada na cultura adotada pelo Estado para ser reproduzida como a dominante, pautada na sua nação, e no ato de exclusão daquelas consideradas diferentes, “estranhas”, sendo a “outra”.

4.2 O BIPODER DA DIMENSÃO SOCIAL DAS FRONTEIRAS

A formação da nação e da ideia de cidadania acarreta na reprodução de uma cultura dominante aceita de modo nacional. Costumes, valores, educação, religião, possuem a base nessa cultura, e são instrumentos de reprodução de uma ideologia dominante (Araújo, 2006). Dessa forma, sob a ótica foucaultiana, tais ferramentas constituem os mecanismos de

disciplina, aqueles que agem sobre os indivíduos a fim de moldar o comportamento e regular a vida da população. A partir da observação de determinados fenômenos por parte do governo, normas são estipuladas e determinadas como lei, para disciplinar a população e determinar o que é correto e o que não é. Com base nessa normação, os mecanismos de disciplina são formulados para instituírem, sobre a população, o que deve ser aceito ou não (Foucault, 2008).

A fronteira social consiste no espaço imaginário no qual essa ideia do “outro” é formulada (Lamont; Molnár, 2002). Por meio dessa ferramenta, a norma é reproduzida através do discurso construído, e determina aqueles que não pertencem à nação, e não possuem acesso à cidadania. Os mecanismos de disciplina agem sobre esse “outro” com o caráter de extinção, por não estar dentro da norma e oferecer também uma ameaça àqueles que são aceitos por ela. Dessa forma, a norma produzida pelos entes governamentais possuem o poder de determinar aqueles que devem viver, e os que precisam “morrer”, não somente para deixarem de existir sobre aquele território, mas porque constituem um perigo para o desenvolvimento da sua população (Caponi, 2014).

O racismo também desenvolve-se como um instrumento formado pela fronteira social para separar e classificar os indivíduos. Assim, pela divisão das raças e a hierarquia existente entre elas, aquele que se encontra fora da norma é visto como inferior àquela estipulada por ela. Nesse sentido, esse “outro” representa a ameaça devido a sua inferioridade perante a raça superior, e por isso, o Estado possui o dever de “matá-lo”, para assegurar a segurança e controle da sua população (Lemke, 2018). O discurso reproduzido pelos mecanismos de disciplina baseia-se nessas justificativas para criar e categorizar aqueles que possuem visões distintas, e portanto, sua linguagem e discurso são silenciados e marginalizados pelo dominante (Araújo, 2006).

O biopoder da fronteira social consiste no poder de fazer viver e deixar morrer. Isso reflete-se no estabelecimento da norma, que distingue o que deve ser aceito ou não, e sua reprodução por meio dos mecanismos de disciplina, que moldam e regulam os demais corpos para reproduzir essa visão. Com a criação do “outro”, por meio das fronteiras sociais estabelecidas pela cultura dominante, há a ideia daqueles que pertencem à nação e os que não, os que possuem direito à cidadania e os que não. Essa situação é potencializada pelo racismo do Estado, que realiza a divisão e hierarquização entre grupos, para definir que determinada parte da população é superior e encontra-se ameaçada por aqueles que não constituem a norma. Nesse sentido, a existência desse “outro” além de ser ignorada pelo ente governamental, visto que não constitui a sua população que deve ser assistida e assegurada,

representa uma ameaça para aqueles que estão no território, e por isso, há o direito pós-Soberano de matá-lo para garantir o pleno desenvolvimento da sua população. Ressalta-se que o “matar” extrapola o seu sentido literal, de tirar a vida, mas refere à expulsão do território, exclusão de políticas e de direitos, e outras garantias cidadãs, como já explicitado no início deste trabalho.

4.3 FRONTEIRA SOCIAL DA TURQUIA

As fronteiras sociais impostas dentro dos Estados configuram divisões que acarretam na criação de um “outro”, em uma hierarquização potencializada pelo racismo e xenofobia, ao observar o fenômeno da migração. Dessa maneira, o biopoder relacionado à dimensão social da fronteira exerce o controle populacional ao excluir esse “outro” do seu território e das políticas, com a falta de integração social e econômica, além do preconceito vivenciado por ele. Tais atitudes ocorrem em nome da segurança da sua população, visto que esse “outro” constitui uma ameaça para os locais. Assim, com as bases teóricas apresentadas para embasar essa ação, faz-se necessário demonstrar como as barreiras sociais influenciam as percepções acerca dos refugiados sírios dentro da Turquia.

Pesquisas de censos de opiniões realizados com a população turca acerca da visão sobre os sírios, somado a análise de notícias produzidas sobre eles, serão abordadas, a fim de identificar a imagem que é criada e reproduzida sobre os refugiados sírios dentro do território turco. Além disso, para analisar a gestão da vida dos sírios, e atestar a falta de políticas voltadas para essa população, serão abordadas medidas e taxas de integração econômica e social, assim como acesso a direitos básicos, como saúde, moradia e educação. Portanto, espera-se demonstrar que as barreiras sociais influenciam na criação do sírio dentro do imaginário da população turca, a qual devido à cultura dominante é disseminada e intensifica essa visão negativa acerca desse desconhecido que passa a adentrar esse novo território. Somado a isso, com a análise das políticas adotadas para integração social, será demonstrado se os sírios sofreram com o biopoder da fronteira social, por não possuírem políticas ideais voltadas para o seu desenvolvimento dentro desse espaço. Dessa forma, será demonstrado como a Turquia utilizou o biopoder exercido pela fronteira social para realizar o controle populacional do seu território.

4.3.1 Políticas sociais adotadas pela Turquia

A entrada em massa de um indivíduo externo dentro de uma sociedade, como a chegada dos sírios na Turquia, provocou diversas mudanças e impactos nesse novo ambiente. Dessa forma, o governo precisou se adaptar a essa nova população que adentrou o seu território para promover a melhor garantia de direitos, devido principalmente à existência de um regime internacional que o constrange a isso, como já apresentado no texto. Entretanto, as diferenças culturais, religiosas, linguísticas, entre outras, foram fatores considerados como empecilhos para a plena aceitação destes novos corpos pela população originária. Assim, as fronteiras sociais foram formadas para “barrar” a entrada desse novo indivíduo no território. Isso refletiu-se nas políticas adotadas para lidar com essa situação, as quais, no exemplo de sírios e turcos, intensificaram as condições precárias, de falta de acesso aos serviços públicos e da garantia dos direitos humanos da população síria dentro da Turquia.

As fronteiras sociais impedem o acesso aos direitos garantidos a toda a população. Nesse sentido, no momento em que o governo da Turquia adotou uma política de portas abertas para os sírios, ao considerá-los como convidados, havia o caráter temporário de residência no país. Nessa época, o sentimento de exclusão e aversão aos sírios já se fazia presente dentro da sociedade turca, visto que, de acordo com inquérito da Metropoll em 2012 (*apud* Makovsky, 2019), cerca de 52% dos turcos discordaram da decisão de permitir a entrada de sírios no país, e aproximadamente 66% afirmaram que esses refugiados deveriam ser rejeitados. Nesse contexto, o governo não havia promovido políticas significativas para integrar os sírios na sociedade, devido ao caráter temporário atribuído ao conflito existente no país, e assim, essa população vivia com a ausência de uma proteção legal que garantisse os seus direitos.

Ao passo que o conflito sírio se intensificou junto à entrada em massa dessa população na Turquia, o governo turco desenvolveu o regime de proteção temporário para promover políticas e garantia de direitos aos sírios. Para receber essa condição de proteção, era necessário que os sírios, ao entrarem no território turco, registrassem-se com a *Disaster and Emergency Management Agency (AFAD)* para receberem um cartão de identidade, também conhecido como *kimlik*, em turco. A partir do momento em que os sírios estavam registrados, eles possuíam acesso à educação para as crianças e aos serviços de saúde básicos gratuitos, que incluíam consultas médicas, cirurgias e auxílio com o custo de remédios (Baban; Ilcan; Rygiel, 2017).

Entretanto, ainda que o sistema de proteção temporária garantisse esses direitos sociais, o acesso aos serviços ficava restrito ao local em que o cidadão sírio se registrava. Isso intensificou a dificuldade da utilização desses recursos, visto que a maior parte dos registros

eram feitos nas cidades fronteiriças quando o refugiado chegara no país, mas não necessariamente isso refletia o lugar em que ele iria se estabelecer (Baban; Ilcan; Rygiel, 2017). Dessa forma, devido à demora para realizar o registro, ao ingressarem na cidade em que iriam se estabelecer, muitos sírios permaneciam indocumentados em uma situação de vulnerabilidade, sem acesso à educação e à saúde.

Além disso, o registro de proteção temporária não garantia o acesso ao mercado de trabalho turco. No início da gestão populacional e da garantia dos direitos, os sírios possuíam acesso somente ao mercado de trabalho informal, em que se submetiam a cargas horárias extensas com baixas remunerações, o que perpetuava a situação vulnerável à que já estavam expostos. Somente no ano de 2016, o governo turco propôs duas novas regulamentações: o *Regulation on Work Permits of Refugees under Temporary Protection* e o *Regulation on Work Permits for Individuals benefiting from International Protection* (Wichers, 2019). De acordo com essas novas leis divulgadas pelo Conselho de Ministros, sob o Ministro do Trabalho e Serviços Sociais, os refugiados sírios poderiam se candidatar para postos de trabalho em locais e áreas específicas, determinadas pelo próprio Conselho (Saraçoğlu; Bélanger, 2019).

Somado a isso, o empregador deveria justificar ao Ministro do Trabalho o motivo de contratar um sírio ao invés de um turco, e seguir uma certa proporção de trabalhadores sírios e turcos, em que o número de empregados sírios não deveria ser maior do que 10% em um mesmo estabelecimento, para não prejudicar a população local (Saraçoğlu; Bélanger, 2019). Esse caráter restritivo das políticas, em conjunto com a dificuldade de acesso à documentação, intensificou a ocupação de trabalho dos sírios em empregos informais, temporários e precários. A mão de obra barata oferecida por eles foi um atrativo para os empregadores, já que a sua vulnerabilidade social e econômica, pressionava essa população a aceitar as subcondições impostas por esses empregos (Baban; Ilcan; Rygiel, 2017).

De acordo com dados da Fundação de Investigação Económica da Turquia (TEPAV) (2018 *apud* Makovsky, 2019), até o ano de 2018, 2,2 milhões de refugiados sírios se encontravam em idade ativa, e aproximadamente 1 milhão deles estavam empregados na economia informal. Apenas 1,5% da população síria, o que correspondia a 32 mil indivíduos, encontravam-se no mercado formal de empregos da Turquia. Isso intensificou as desigualdades de acesso aos serviços e ao mercado de trabalho, o que perpetuou a condição de vulnerabilidade a que essa população estava exposta. Esses números contribuíram para justificar a aversão ao sírio, visto que grande parte dos turcos alegava que os seus empregos estavam sendo roubados, já que sua mão de obra era mais barata. Assim, os empregadores

estariam fornecendo mais empregos aos sírios, pois conseguiam contratá-los com um baixo custo, ao passo que os turcos não estariam sendo contratados. De acordo com sondagem realizada pelo governo turco, a principal queixa de incomodação dos turcos seria sobre o aumento do desemprego, em que 28% dos entrevistados proferiram essa opinião (Makovsky, 2019).

As condições de habitação vivenciadas pelos sírios também eram precárias. Os campos destinados aos refugiados encontravam-se principalmente em cidades fronteiriças, mas não cumpriam os padrões recomendados pela ACNUR para promover condições adequadas para a vida. Os locais designados para abrigar a população refugiada, devido à superlotação, encontravam-se com falta de água potável, remédios e assistência médica e segurança (Mcewen, 2017). Todavia, a maior parte da população síria não se encontra mais alocada em campos de refugiados e já ocupa grande parte das cidades turcas. De acordo com dados de 2020, cerca de 1,7% da população síria ainda habita em campos (Kaya et al, 2020). Nesse sentido, os sírios procuravam refúgio em cidades turcas distantes dos locais fronteiriços, mas enfrentavam as condições precárias de habitação. Essa população ocupava locais em que os aluguéis eram mais baratos, geralmente em casas compartilhadas com outras famílias e superlotadas. Isso aumentou a procura por aluguéis, o que impactou a população local, somado a superlotação de hospitais e busca por assistência médica, principalmente na região fronteiriça (Kanat; Ustun, 2015).

Essas questões que envolveram o aumento do trabalho informal, aumento de aluguéis, saturação do sistema de saúde, entre outros, constituíram fatores utilizados pelos turcos para justificarem a aversão e o desejo de expulsão dos sírios. Somado a isso, ataques considerados terroristas foram associados à população síria, devido ao aumento da criminalidade no país, no momento em que as fronteiras foram abertas e havia uma suposta livre circulação entre os dois países. Contudo, a Turquia enfrenta um embate com os curdos, que também provocam tais ataques, não sendo restritos à população síria (Olejárova, 2018). Nesse contexto, a recepção dos turcos à população síria envolveu um sentimento de tensão, em que em sua maioria, houve a aversão da entrada desse imigrante, devido às supostas consequências que eles provocaram no território. De acordo com sondagem realizada em 2018, cerca de 83% da população turca associava a imagem dos refugiados sírios de forma negativa, e 80% desejava que eles retornassem para a Síria, um terço opinou que esse retorno deveria ser a qualquer custo, e 45%, somente para lugares seguros (Makovsky, 2019).

Em conjunto com esses fatores, encontra-se a diferença cultural, que também foi utilizada como justificativa para o sentimento “anti-sírios”, e de criação do “outro” que

adentra esse território. Nesse sentido, os sírios constituem a etnia árabe, de religião islã, sendo a maioria sunita, enquanto os turcos assumem uma postura mais secular, e ainda que o atual presidente adote políticas islâmicas, o país é laico. Uma pesquisa realizada em Izmir, cidade próxima das Ilhas Gregas, e habitada por grande parte da população síria, devido ao caráter transitório como parte da rota para chegar ao continente europeu, demonstrou que a perda de coesão nacional foi uma das causas do sentimento anti-sírio e da xenofobia da população turca. A cidade foi considerada um centro do republicanismo no país, com uma política e luta pela manutenção da Turquia secular, em oposição às novas medidas adotadas por Erdogan, mais voltadas às práticas islâmicas. Nesse sentido, a população turca associava a imagem dos sírios ao “árabe”, e conseqüentemente, aos islamitas conservadores. Assim, os árabes constituíam uma ameaça cultural para os turcos, devido aos valores que possuíam, aos costumes que são adotados por eles, os quais diferiam dos da população local, principalmente devido à questão religiosa conservadora (Saraçoğlu; Bélanger, 2019).

Isso também é refletido na concessão de cidadania a essa população já que esse processo não foi democratizado, por consistir em um procedimento seletivo, realizado pelo próprio governo. O governo turco estabelecia os padrões necessários para conceder a cidadania turca àqueles que desejavam residir de modo permanente no país. Declarações do atual presidente Erdogan no ano de 2017, afirmaram que a seleção consistia no aproveitamento que o país poderia fazer daquele cidadão, devido às suas qualificações técnicas, educacionais, profissionais, para ter uma contribuição direta com o governo e a população da Turquia (Makovsky, 2019). Os sírios não possuíam clareza sobre o funcionamento do processo e encontravam-se restritos à proteção temporária promovida a eles. A população turca demonstrava grande aversão à concessão da cidadania para os sírios, visto que ao serem cidadãos turcos, poderiam votar e eleger políticos mais direcionados ao caráter anti-secularismo, que está associado ao islamismo (Saraçoğlu; Bélanger, 2019). Ao restringir o acesso à cidadania e impor condições relacionadas às qualificações para garanti-lá, o governo reforça a xenofobia e o preconceito à população síria, além de dificultar o acesso aos direitos de residência permanente, o que intensifica a exclusão dessa população com o restante da sociedade.

Ainda que a assistência prestada pelo governo turco seja deficiente na garantia dos direitos aos refugiados sírios, a percepção de grande parte dos turcos foi que havia um gasto excessivo com essa causa. Isso reflete-se nos benefícios eventuais que a Turquia promovia aos sírios, os quais eram auxílios imediatos, mas que não configuravam uma renda suficiente para a sobrevivência dessa população. A maior parte desses recursos era proveniente da União

Europeia, devido ao acordo firmado com o país para gerir os campos de refugiados e a suposta crise existente. Cerca de 1,5 milhões de sírios receberam algum benefício fornecido pela UE repassado pelo governo turco (Makovsky, 2019). Não obstante, a percepção social por parte dos turcos sobre esses repasses constituiu um sentimento de que o governo turco dedicaria mais políticas para a população refugiada do que para a sua própria nação. Assim, ainda que os direitos da população síria não fossem os mesmos que os turcos, o pensamento dos locais gerava uma ansiedade nacional, na qual havia a perda dos recursos destinados a eles, para esse novo “problema” existente. Portanto, houve uma “[...] uma disputa política sobre ‘quem merece o direito de ser cuidado pelo Estado’ que é parte integrante da xenofobia e do racismo” (Wimmer, 1997 *apud* Saraçoğlu; Bélanger, 2019, p. 370, tradução nossa).

4.3.2 O papel da mídia na construção do “outro”

A criação do “outro” como aquele que interfere diretamente nos costumes, valores, direitos e cotidiano da população local, possui forte embasamento na maneira em que essa visão é difundida pela sociedade. Nesse sentido, a mídia estabelece um grande meio de comunicação e de propagação dessa imagem, assim como as redes sociais, em que há a interação e trocas entre indivíduos distintos. De acordo com Sunata e Yildiz (2018), pesquisas demonstraram que as notícias mais reproduzidas no contexto da “Crise” dos refugiados e aos sírios dentro da Turquia foram aquelas tidas como espetaculares, apelativas e que abordavam principalmente a vitimização e a criminalidade. Dois dos principais jornais da Turquia exploraram esses extremos associados aos refugiados sírios. Enquanto o jornal alinhado ao governo, nomeado como *Anadolu Agency*, assumia um caráter vitimista para tratar os refugiados, um jornal “anti-sírios”, o *Dogan News Agency*, retratava esses indivíduos como uma ameaça à economia turca. Além disso, o número de notícias que representava os refugiados como vítimas da guerra e da violência foram duas vezes maiores do que aquelas que buscavam criminalizar a imagem dos sírios (Sunata; Yildiz, 2018). Dessa forma, as duas abordagens sobre os sírios mais disseminadas entre os jornais encontravam-se em dois extremos. Uma visão possuía o caráter mais humanitário, em que os sírios eram considerados indivíduos em necessidade de ajuda e acolhimento, enquanto a outra, enxergava-os a partir de uma perspectiva xenofóbica, ao considerá-los uma ameaça social.

As duas interpretações são reproduzidas também nos estudos e Relações Internacionais, em que os refugiados são retratados sob uma perspectiva humanitária ou securitária. Ainda que haja a constatação que a cobertura da mídia na Turquia se encaminhou

para uma visão mais neutra acerca dos refugiados, quando comparada à mídia europeia, por exemplo, a circulação da representação negativa acerca dos refugiados permaneceu presente na sociedade (Memişoğlu; Başol, 2019). As mídias utilizavam uma abordagem mais humanitária para retratar os refugiados sírios, mas a visão negativa e xenofóbica acerca dessa população ainda era bastante difundida nos canais de comunicação do país, o que auxiliava a criação desse “outro” como ameaça no imaginário da população.

Já nas redes sociais, como em dicionários online com a participação da comunidade, a exemplos de Wikipédia, houve a disseminação de uma visão negativa acerca dos sírios. Nestas páginas, verificou-se o aumento da polarização visto que um indivíduo que possuía uma determinada percepção acerca de um assunto buscava cada vez mais outros que compartilhavam essa mesma visão. Assim, nesses sites, havia uma percepção dos sírios como ameaça, mas também da produção do “outro” como um ser marginalizado pela sociedade, com um caráter discriminatório (Yildirim; Yurtdas, 2015). Dessa forma, as redes utilizadas pela população constituíam um local de reprodução de uma imagem negativa dos sírios, que foram embasados pelas justificativas de perda de emprego, aumento das taxas de criminalidade, aumento do custo de vida, saturação dos serviços de saúde, perda de coesão nacional, entre outros já mencionados.

A legislação promovida pelo governo turco assegurou os direitos básicos aos cidadãos sírios, mas eles não foram garantidos e plenamente vivenciados devido à situação de vulnerabilidade em que essa população se encontrava. Isso ocorreu, como já demonstrado no texto, devido às barreiras sociais impostas. Nesse sentido, esse novo ser que estava adentrando o território turco enfrentava obstáculos para possuir uma vida digna, que foram impostos socialmente, devido ao preconceito que sofriam por parte da população, e também pelo governo, ao serem excluídos pela política adotada para lidar com a questão dos refugiados. Isso obteve reflexo direto na integração social e econômica dos sírios dentro da sociedade turca, visto que não possuíam as condições necessárias para se estabelecer, tampouco detinham o direito esclarecido acerca da residência permanente. Além da xenofobia existente dentro da sociedade turca, demonstrada pelas sondagens realizadas com opiniões da população local pela pesquisa de Makovsky (2019), e a imagem que foi propagada pela mídia sobre esse indivíduo. Portanto, as fronteiras sociais funcionaram como mais uma barreira para os sírios dentro do território turco, o que intensificou a sua marginalização perante à sociedade e a vivência em condições precárias.

4.3.3 Biopoder da dimensão social da fronteira da Turquia

Como exemplificado acima, a fronteira social baseia-se em uma barreira imposta pelas diferenças culturais, sociais, modos de vida, língua, valores, etc. existente entre dois grupos ou mais. Assim, o biopoder exercido por ela consiste na normação realizada pelo Governo, que define o que é aceito ou não, e portanto, para quem as políticas serão destinadas em sua maioria, e quem deve ser delas excluído, por exercer uma ameaça ao desenvolvimento da população. O racismo do Estado também ganha forma, ao realizar essa classificação e hierarquização entre os indivíduos dispostos no território de um dado governo. Assim, faz-se necessário demonstrar como a situação vivenciada pelos sírios na Turquia, no contexto da migração em massa realizada no período anterior e posterior ao evento nomeado como “Crise dos Refugiados”, constituiu-se uma expressão do biopoder exercido pela fronteira social.

Para Foucault, a norma é determinada pelo Soberano, interpretado neste trabalho como as instituições governamentais, ao analisarem a sua população e identificarem as principais ocorrências dentro do seu território. Portanto, os que diferem da norma seriam aqueles que são diferentes dos turcos, como os sírios, devido ao compartilhamento de valores, culturas, religiões, entre outros fatores distintos. Assim, pode-se observar que houve uma deficiência na integração social e econômica dos sírios dentro da Turquia. Esses empecilhos ao pleno acesso aos direitos civis constituem a formação da fronteira social, pela qual há a criação do “outro”, que difere dos nacionais, e por esse motivo, não possuem os mesmos direitos.

Essa criação foi intensificada pelas diferenças culturais, que demonstravam distinções ainda maiores entre as duas populações, ao se considerar o caráter mais secular adotado pelas principais cidades da Turquia, ao passo que os sírios possuíam forte fundamentalismo islâmico, segundo divulgavam os meios de comunicação. Portanto, pode-se demonstrar que o governo turco analisou o todo da sua população, e com a chegada dos refugiados sírios, determinou uma norma que deveria ser seguida. Nesse sentido, pode-se inferir que a norma adotada seria a dos cidadãos turcos, que já possuíam os direitos garantidos de acordo com a legislação do país. Com a entrada em massa dos refugiados sírios, medidas extraordinárias foram necessárias para lidar com o gerenciamento dessa população, visto que eles não constituíam a norma que foi estipulada pelo governo, e era reproduzida por meio das leis, costumes e valores.

As medidas adotadas pelo Governo se mostraram deficientes para lidar com essa questão, e isso ficou evidenciado nas esferas sociais, como da economia, moradia e cidadania. No âmbito econômico, essa situação refletiu-se na falta de entrada no mercado de trabalho

formal. Isso ocorreu devido a não garantia de acesso a empregos sobre o regime de proteção temporária, e a demora para a adoção da legislação que permitia a contratação formal da população síria (Saraçoğlu; Bélanger, 2019). Assim, por não constituírem a norma, os sírios foram excluídos do mercado de trabalho e permaneceram em condições de subemprego, ao se submeterem aos trabalhos informais, com carga excessiva, e de baixos salários. A própria legislação intensificou esse cenário, ao estipular a cota de sírios que poderia ser contratada dentro de um estabelecimento, e ao burocratizar a contratação de um sírio, devido à exigência da comprovação de que não haveria turcos hábeis para o serviço (Saraçoğlu; Bélanger, 2019). Assim, os sírios, dos quais apenas 32.000 ocupavam cargos regulares de emprego (Makovsky, 2019), se encontraram excluídos da política, e sofriam com as situações de vulnerabilidade, por não possuírem condições de se sustentarem dentro do país, e ainda serem explorados quando conseguiam um emprego.

Nesse sentido, é possível observar como os mecanismos de biopoder de fazer viver e deixar morrer ocorreram no âmbito da integração econômica. A população síria foi constituída como uma ameaça ao emprego dos cidadãos turcos e foram “excluídos” do mercado de trabalho formal. O tempo para elaborar uma legislação capaz de absorver os sírios nos empregos formais, somado aos empecilhos colocados pela própria lei, reforçaram o abandono do governo Turco ao promover uma integração falha. Assim, a população da Turquia permaneceu “viva”, com os empregos garantidos, ao passo que os sírios foram, em grande parte, excluídos das políticas e sofreram violações dos seus direitos, o que contribuiu para a sua “morte”, com o sentido descrito no início do texto, dentro desse território turco.

A falta de acesso à cidadania também configurou-se como um meio de excluir o “outro” dos direitos assegurados para aqueles que constituíam a norma. Dessa maneira, como explicitado no texto, um dos eixos principais da nação são os seus cidadãos, que possuem direitos assegurados pela legislação do país. Assim, a partir do momento em que o governo Turco, conforme as declarações do presidente Erdogan, assumiu uma postura seletiva com a cidadania turca, com empecilhos de acesso e incerteza sobre o processo de residência permanente para os sírios, as barreiras sociais foram intensificadas e enrijecidas (Makovsky, 2019). Desse modo, os sírios permaneceram sob o regime de proteção temporária e possuíam dúvidas acerca do processo para residir permanentemente na Turquia. Portanto, houve uma distinção na garantia de direitos entre os cidadãos turcos, e os sírios, visto que por não terem acesso à cidadania, não possuíam os mesmos direitos, o que intensificou a barreira social entre eles. Dessa maneira, a norma constituída foi reforçada pelas práticas legais adotadas pelo governo Turco, e com o processo de cidadania seletiva, aqueles que já eram

marginalizados, possuíram a sua condição potencializada, visto que não detinham alguma qualificação que pudesse ser aproveitada pelo governo Turco.

Além disso, a população síria ainda sofria com o racismo de Estado e com a xenofobia presente na sociedade turca. Dessa forma, de acordo com os dados já apresentados no trabalho, havia uma alta taxa de rejeição da presença dos sírios dentro do território turco (Makovsky, 2019), o que foi reforçado pelo sentimento de perda da população local, com a presença dessa nova população (Saraçoğlu; Bélanger, 2019). Assim, com a normação social produzida pelo Estado, o racismo perpetuou a divisão da sociedade, ao categorizar qual era a raça superior e qual a inferior, que apresentava uma ameaça para a sua população. Dessa forma, ao considerar a cultura árabe como inferior, fato demonstrado pelos censos realizados com os turcos, o Estado, em conjunto com a população, criou uma imagem desses indivíduos, como pessoas que roubavam seus direitos, seus recursos, e ameaçavam a sua segurança, por impactarem diversos âmbitos da vida social. Nesse caso, a barreira social foi imposta por meio da cultura dominante, como a dos turcos, que compartilhava os valores similares e perpetuava a sua diferenciação com os demais, além de hierarquizá-los, a fim de manter a sua superioridade perante os outros (Lamont; Molnár, 2002). Por conseguinte, a ameaça apresentada por parte da população turca seria a da coesão nacional. Frases como “não escuto mais turco na rua”, reprodução de símbolos islâmicos, foram algumas das queixas apresentadas por parte da população, com o receio de que isso afetasse a república estabelecida no país, que apresentava um caráter mais secular em relação à política (Saraçoğlu; Bélanger, 2019).

O racismo de Estado ganha força com o discurso e a imagem que são reproduzidos dentro da sociedade. Assim, as mídias, como já demonstrado no trabalho, representa uma ferramenta que potencializa a disseminação de uma ideia, imagem, discurso, entre outros (Memişoğlu; Başol, 2019). Dessa forma, de acordo com os dados apresentados, a abordagem utilizada para tratar da “Crise de Refugiados” dentro da Turquia, consistiu em dois extremos, com um caráter mais humanitário, ao considerar os sírios como vítimas, e outro, com um caráter securitário, ao interpretá-los como uma ameaça social (Sunata; Yildiz, 2018). Dessa forma, ainda que uma visão mais amena sobre essa população foi reproduzida, o discurso que reforçava o racismo e a xenofobia existentes, ao tratar os sírios como uma ameaça, como criminosos, seres “ilegais”, também foi veiculada pelas grandes mídias do país (Memişoğlu; Başol, 2019).

Nesse sentido, pode-se observar como os diferentes artifícios foram utilizados pela classe dominante para perpetuar a condição inferior e de exclusão daqueles que se diferem da

norma estabelecida. A formação da nação universaliza uma cultura dominante, em que visões consideradas distintas dela, são excluídas do âmbito nacional (Araújo, 2006). Assim, os discursos utilizados, reproduzidos nas escolas, ambientes de trabalho, pelas religiões, etc. constituem uma ferramenta para construir a imagem do “outro”, ao passo que a posição desses excluídos, é silenciada. Com o racismo de Estado, em conjunto com a xenofobia, demonstrada pelas declarações observadas na mídia, e com as pesquisas de opinião pública, é visível como essa criação do “outro” enquanto ameaça nacional materializou-se na figura do refugiado sírio, que adentrava esse território da Turquia, para buscar melhores condições de vida, devido às condições de guerra que foram observados no seu país de origem. Portanto, a imagem que existe no imaginário da população acerca dos refugiados, consiste, em sua maioria, com a figura de um perigo, uma ameaça, que deve ser extinta, para garantir a segurança da população local.

Dessa forma, pode-se observar que a fronteira social exerceu o biopoder de fazer viver e deixar morrer, ao realizar a delimitação da ameaça à população, considerada a norma. Com a falta de políticas e garantias a direitos, ainda que esses fossem minimamente assegurados pelo Regime de Proteção Temporária, a maior parte dos sírios permaneceu marginalizada na sociedade turca ao não terem condições de moradia digna, trabalho, alimentação, saúde, etc. O difícil acesso ao mercado de trabalho formal, somado à dificuldade de registro no regime de proteção temporário, obrigou grande parte dessa população a aceitar condições precárias de cargas horárias extensas, com baixa remuneração, para garantir a sua sobrevivência. Nesse sentido, as barreiras sociais impostas pelo governo turco, através da criação de políticas falhas ou inexistentes para lidar com a chegada em massa dos refugiados, perpetuaram a exclusão dos sírios dentro do seu território. É possível observar que os sírios, ao serem considerados uma ameaça pela população turca, enfrentaram a fronteira social que criou a sua imagem de um ser estranho dentro desse território, o qual precisava ser expulso desse território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do apresentado neste trabalho, é possível analisar como a vida do ser humano torna-se um objeto de controle por parte dos Estados modernos. Assim, demonstrou-se que a delimitação de um espaço, o desenvolvimento de uma nação e compartilhamento de valores possuem a capacidade de criar uma figura que deve ser evitada ao máximo dentro desse território, para garantir a segurança desses indivíduos. Por conseguinte, essa política da vida, tida como biopolítica, insere-se cada vez mais nos cálculos do governo, para beneficiar a população que o legitima. Entretanto, esse benefício se dá às custas do controle das ameaças que podem prejudicar esse desenvolvimento seguro.

Nesse sentido, tal como discutido ao longo deste trabalho, é possível considerar as fronteiras, em suas diferentes dimensões, como mecanismos do biopoder. Em suma, foi possível identificar uma relação de dominação e controle, por um lado, e de legitimação, por outro, entre população e governo. O governo protege a população que o legitima, e assim, para assegurá-la e assisti-la, ele observa os acontecimentos dentro de um espaço e realiza um cálculo para estipular primeiro, uma norma, sobre a qual os mecanismos de disciplina agem, e segundo, uma média de ocorrências possíveis consideradas seguras, sobre a qual os mecanismos de segurança atuam. Desse modo, a partir da identificação de ameaças, políticas são formuladas para operar esse território, a fim de garantir a segurança e sobrevivência da norma, que constitui a sua população.

Nesse sentido, o trabalho analisou de que maneira as dimensões física, política e social das fronteiras são utilizadas como instrumentos do biopoder. Assim, a fronteira física delimita o espaço de ação do governo, em que aqueles que estão dentro do território circunscrito por ela, necessitam da sua proteção. Em nome da segurança dessa população, as políticas migratórias são adotadas para instrumentalizar as ações sobre esse espaço fronteiriço, em que o migrante é observado, na maioria das vezes, como uma ameaça ao território. Portanto, a dimensão física e política da fronteira constituem mecanismos do biopoder ao categorizar os indivíduos que necessitam da proteção do Estado, e assim, aqueles considerados como uma ameaça são excluídos desse local, pelo controle territorial, de decidir quem entra nessa região, e pelas políticas adotadas para a garantia dos direitos da população.

A dimensão social da fronteira é utilizada como um instrumento do biopoder devido ao estabelecimento da norma. Nesse sentido, a cultura dominante, reproduzida pelo Estado, estabelece a norma para disciplinar a população. Assim, há a existência dos que correspondem à norma, por meio do cálculo do Estado, e aqueles que são considerados fora dela. As

diferenças culturais, de valores, costumes entre outros são evidenciadas por essa norma, ao constituir esse “outro” como um ser que não corresponde ao padrão daquela população.

Somado ao Racismo de Estado, esse ser é observado como uma ameaça à segurança da população, e por isso, deve ser evitado e excluído desse território. Portanto, a dimensão social potencializa a máxima do fazer viver e deixar morrer, visto que aqueles considerados a norma são o foco das políticas do governo, para maximizar a sua vida, sua segurança, seus direitos. Ao passo que aqueles fora da norma, considerados uma ameaça para o desenvolvimento da população, são excluídos das políticas, possuem os direitos violados, já que não constituem a população daquele local.

Esse pressuposto foi aplicado sobre a Turquia e, com base na pesquisa realizada, é possível perceber essa ação por parte do governo turco. Observou-se que a política migratória adotada pelo país para lidar com a “Crise de Refugiados” em 2015 consistiu na identificação de uma ameaça, que seriam os refugiados sírios. Desse modo, as fronteiras físicas foram militarizadas, e eventualmente fechadas, para barrar a entrada dos refugiados sírios. Com o acordo firmado em conjunto com a União Europeia, a política migratória enrijeceu-se, visto que esse tratado promovia o retorno de refugiados sírios, violando o princípio de *non refoulement*, e exercendo controle sobre o movimento migratório dessa população, somado à questão dos reassentamentos precários. Por conseguinte, ficou visível como a segurança do território e população turca e europeia foram priorizadas em detrimento da garantia de direitos e sobrevivência dos refugiados sírios.

Já no que tange à dimensão social da fronteira, observou-se como os sírios enfrentaram barreiras que dificultaram sua integração econômica e social dentro do território turco. A falta de políticas voltadas para essa população, demonstrada pelo difícil acesso ao mercado de trabalho formal, às condições de moradia precárias, e a não garantia de outros direitos básicos, evidenciaram que essa população ficou excluída das pautas do governo. Somado a isso, a criação do refugiado sírio como um ser “estranho” foi percebida pelas pesquisas realizadas com a população turca, em conjunto com a análise das mídias, que intensificam essa imagem. Também, evidenciou-se o caráter xenófobo e racista para lidar com essa questão, reforçadas pela associação dos sírios como “criminosos”, “terroristas”, constituindo uma ameaça para diversos aspectos da vida dos cidadãos turcos.

Ainda que Foucault não faça explicitamente essa relação, pode-se considerar que o trabalho forneceu uma base para essa teoria, a qual necessita de aprofundamento para identificar o quão precioso é esse exercício biopolítico de formulação de políticas. Portanto, fica evidente como o poder de formular a norma constitui uma preocupação maior do que o

que é considerado normal, ou não, visto que em um mundo globalizado, os governos podem classificar os imigrantes como uma ameaça e adotar políticas em nome da vida, para alguns, ao passo que deixam à morte, esses “outros”. E assim, a lente da biopolítica demonstra-se uma teoria eficiente para se compreender os fluxos migratórios atuais, e a negligência adotada para com os deslocados à força, principalmente em questões de guerra.

Em suma, demonstrou-se de que maneira os Estados modernos, a exemplo da Turquia, utilizam das dimensões da fronteira para exercer o biopoder que figura sobre eles. Esses instrumentos foram utilizados para excluir a ameaça identificada, como os refugiados sírios, o que configura em sua “morte” para garantir a segurança de uma dada população. No trabalho, ficou claro como a questão da “morte” a que se refere Foucault implica na exclusão de políticas, dificuldade de acesso aos direitos básicos da vida e controle do movimento. Dessa forma, em nome da proteção e segurança, um controle sobre a vida das pessoas que representam ameaças é exercido pela dimensão física, política e social da fronteira, que constituem instrumentos do biopoder.

Este trabalho proporcionou o início de uma reflexão sobre os estudos de Foucault acerca da biopolítica com as fronteiras, a fim de problematizar a livre circulação de indivíduos ao redor do mundo. Também, reforçou-se o caráter xenofóbico e racista que políticas migratórias adotam ao impor restrições e dificultar a entrada de indivíduos que necessitam de proteção internacional. Desse modo, objetivou-se incitar o pensamento acerca dos deslocamentos forçados que carecem de proteção e encontram diversas dificuldades pelo caminho em busca de melhores condições de vida. Assim, o trabalho fornece um pensamento inicial, introdutório, que necessita ser aprofundado, para entender as motivações dos Estados ao exercer esse controle sobre a vida das populações.

Os resultados obtidos com a pesquisa são preliminares, devido à limitação do tempo para realizá-la. Nesse sentido, para futuros estudos, podem-se aprofundar duas principais questões: a influência da mídia e as aspirações da União Europeia nas políticas migratórias da Turquia. A respeito do primeiro ponto, tem-se que a análise acerca da ideia sobre o refugiado sírio formulada pelas mídias baseou-se em pesquisas já realizadas. Portanto, para resultados mais concretos e detalhados, o trabalho poderia se estender, para além de compreender o que é divulgado nos meios de comunicação de forma mais apurada, também identificar os veículos midiáticos que realizam essa divulgação. Dessa maneira, pode-se compreender qual o intuito de criar a imagem do refugiado como esse “outro”, e fazer relações sobre quem possui o poder de criar e disseminar essa visão.

No que tange à influência da UE, o trabalho deixa explícito as motivações do bloco europeu no controle migratório exercido pela Turquia. Além disso, também demonstra-se como o acordo traria benefícios para ambas as partes, com as negociações da entrada da Turquia no bloco, somado à liberação do visto aos seus cidadãos e à diminuição das entradas irregulares no continente europeu. Entretanto, uma das limitações da pesquisa consiste no aprofundamento acerca da ação do bloco europeu no governo da população adotada pelo país turco. Assim, para estudos futuros, pode-se investigar os pontos de barganhas oferecidos pela UE, para verificar se eles foram aplicados, ou somente utilizados retoricamente, ao passo que a política foi de fato implementada pela Turquia. Também, ao aprofundar as motivações de cada um com o acordo estabelecido em 2016, pode-se analisar qual das partes teve maior influência nessa biopolítica, e quais foram os maiores beneficiados, ponto que não foi explorado nesta análise.

Ainda no que diz respeito a essa ação do bloco europeu, pode-se observar que a “Crise de Refugiados” constituiu uma questão de geopolítica entre as duas partes. Nesse período, o movimento dos Estados consistia em uma estratégia que possuiria reflexos no âmbito internacional e nacional. Portanto, há um fator geopolítico, do acordo firmado entre eles, voltado para uma ótica dos atores estatais, que não foi explorado neste trabalho. Ressalta-se que o foco principal deste estudo consiste na questão biopolítica, sobre a vida dos refugiados, já que o campo das Relações Internacionais carece de pesquisas, e também teóricos, que realizam essa abordagem. Por se tratar de vidas que correm riscos nas travessias, no local de origem, no destino de chegada, a visão humanitária sobre os refugiados deve ser explorada, para explicitar o uso e controle que os Estados fazem dela. Em suma, por esse motivo, o fator geopolítico também observado na gestão dessa “crise” não foi totalmente esgotado neste estudo, mas pode servir de inspiração para futuras pesquisas.

Assim, o objetivo inicial do estudo consistia em problematizar a criação dos Estados modernos e da fronteira em si, dada a relevância que esse instrumento possui para as questões migratórias. Portanto, esse estudo pode servir de base para pesquisas futuras que desejem relacionar o controle que as dimensões das fronteiras internacionais exercem sobre a vida das populações. A partir do que foi apresentado neste trabalho, considera-se que a biopolítica e o biopoder se relacionam com os mecanismos fronteiriços para exercer o controle sobre a vida da população e das ameaças inerentes a ela. A exemplo da Turquia, a população síria foi representada como uma ameaça e, por isso, excluída e evitada dentro do território turco, assim como da União Europeia.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Síria**. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/siria/>. Acesso em: 31 out. 2023.

ALMEIDA, Mariana M.; SILVA, Karine de Souza. O Acordo entre União Europeia e Turquia para migrações: uma análise de seus reflexos para o regime internacional de Direitos Humanos. In: 3º Seminário de Relações Internacionais: Repensando interesses e desafios para a inserção internacional do Brasil no século XXI., 2016, Florianópolis. Anais Eletrônicos - 3º Seminário de Relações Internacionais. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2016. v. 1. p. 1-1. Disponível em: http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474662722_ARQUIVO_ArtigoABRI-MarianaMAlmeidaeKarineSSilva.pdf. Acesso em: 04 jul. 2023.

ARAÚJO, Sandra Gil. **Las argúcias de La integración**: construcción nacional y gobierno de lo social a través de las políticas de integración de inmigrantes los casos de cataluña y madrid. 2006. 451 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Políticas e Sociologia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2006. Disponível em: https://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/6670.tesis_sandra.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

BABAN, Feyzi; ILCAN, Suzan; RYGIEL, Kim. Syrian refugees in Turkey: pathways to precarity, differential inclusion, and negotiated citizenship rights. **Journal Of Ethnic And Migration Studies**. S.L, p. 41-57. jan. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369183X.2016.1192996?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BAUBÖCK, Rainer. The Crossing and Blurring of Boundaries in International Migration: challenges for social and political theory. In: BAUBÖCK, Rainer *et al* (ed.). **Blurred Boundaries**: migration, ethnicity, citizenship. S.I: European Centre Vienna, 1998. p. 17-53.

BENHABIB, Seyla. **Los derechos de los otros**: extranjeros, residentes y ciudadanos. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

BOZARSLAN, Hamit. A república kemalista na Turquia, 1923-1938. **Repúblicas: Culturas e Práticas**, S.I, v. 59, n. 1, p. 65-79, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1322>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CAPONI, Sandra. Viver e deixar morrer: biopolítica, risco e gestão das desigualdades. **Revista Redbioética/Unesco**, S.L, v. 10, n. 2, p. 27-37, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://redbioetica.com.ar/wp-content/uploads/2018/11/Art3-Caponi-R10.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

CASAS-CORTES, Maribel; COBARRUBIAS, Sebastian; PICKLES, John. Changing borders, rethinking sovereignty: Towards a right to migrate. Remhu - **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 47-60, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/Nx3mpTc3JWFkCk5QcjxrLsh/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 03 jul. 2023.

Comissão Europeia. **Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen**. 2020. Disponível em: https://home-affairs.ec.europa.eu/system/files_en?file=2020-09/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

CONSELHO EUROPEU. **Declaração UE-Turquia, 18 de março de 2016**. 2019. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

DUTRA, Gabrielle Scola *et al.* O fenômeno das migrações sob a perspectiva biopolítica: Limites e possibilidades da implementação de políticas públicas para migrantes no Brasil. **Salão do Conhecimento**, S.L, v. 7, n. 7, p. 1-16, out. 2021. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/20768>. Acesso em: 30 out. 2023.

ACNUR, **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra: 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: O extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XIX)**. 2011. 445 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95358/297827.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KANAT, Kilic Bugra; USTUN, Kadir. **Turkey's syrian refugees: toward integration**. Ankara: Seta, 2015. Disponível em: https://file.setav.org/Files/Pdf/20150428153844_turkey%E2%80%99s-syrian-refugees-pdf.pdf. Acesso em: 31 out. 2023

KOCA, Burcu Togrul. Deconstructing Turkey's "Open Door" Policy towards Refugees from Syria. **Migration Letters**, S.L, v. 12, n. 3, p. 209-225, 2015. Disponível em: <https://migrationletters.com/index.php/ml/article/view/275>. Acesso em: 31 out. 2023

KOMA, Anwar. Securitization of Syrian Refugees in 2015: A Comparative Analysis between the EU and Turkey. **Al-Hikmah Journal**. S.L, p. 151-174. jan. 2017. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3767741. Acesso em: 31 out. 2023

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The study of boundaries in the Social Sciences. **Annual Review Of Sociology**, S.L, v. 28, n. 1, p. 167-195, 2002. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/lamont/files/m.lamont-v.molnar-the_study_of_boundaries.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

LEMKE, Thomas. **Biopolítica: Críticas, debates, perspectivas**. S.l: Politéia, 2018.

MAKOVSKY, Alan. **Turkey's Refugee Dilemma**: tiptoeing toward integration. Tiptoeing Toward Integration. 2019. Disponível em: <https://www.americanprogress.org/article/turkeys-refugee-dilemma/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MCEWEN, Michelle. Refugee Resettlement in Crisis: The Failure of the EU-Turkey Deal and the Case for Burden-Sharing. **Swarthmore International Relations Journal**. S.L, p. 20-32. spring, 2017. Disponível em: <https://works.swarthmore.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=swarthmoreirjournal>. Acesso em: 03 jul. 2023.

MEMİŞOĞLU, Fulya; BAŞOL, H. Çağlar. Turkish media's response to the 2015 'Refugee Crisis'. **Alternatif Politika**. S.I, p. 192-233. 2019. Disponível em: <https://alternatifpolitika.com/eng/site/vol/11/no/1/8-Memisoglu-Basol-Turkish-Media-2015-Refugee-Crisis.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MUÑOZ, Alejandro Anaya. Regimes Internacionais de Direitos Humanos. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, S.I, v. 14, n. 25, p. 171-188, 2017. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/09/sur-25-portugues-alejandro-anaya-munoz.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023

Official Journal of the European Communities. **AGREEMENT** establishing an Association between the European Economic Community and Turkey. 1963. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:f8e2f9f4-75c8-4f62-ae3f-b86ca5842eee.0008.02/DOC_2&format=PDF. Acesso em: 31 out. 2023.

OLEJÁROVÁ, Barbora. The Great Wall of Turkey: From "The Open-Door Policy" to Building Fortress? **Pogranicze. Polish Borderlands Studies**. S.I, p. 117-133. 2018. Disponível em: <https://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-f0886028-4ff1-4d24-b43f-d00a3c5b142e>. Acesso em: 31 out. 2023.

OPERATIONAL DATA PORTAL. **Mediterranean Situation: Greece**. 2023. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean/location/5179>. Acesso em: 23 set. 2019

OTT, Andrea. EU-Turkey Cooperation in Migration Matters: A Game Changer in a Multi-layered Relationship?. **Centre for the Law of EU External Relations**. S.I. 1-31, abr. 2017. Disponível em: https://www.asser.nl/media/4085/cleer17-4_web.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023

ROSELLI, Ana Carolina et al. Entre o Ocidente e o Oriente: a reação francesa contra a entrada da Turquia na União Europeia. **Cadernos de Relações Internacionais**, S.L, v. 6, n. 2, p. 47-64, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20972/20972.PDF>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SARAÇOĞLU, Cenk; BÉLANGER, Danièle. Loss and xenophobia in the city: contextualizing anti-Syrian sentiments in Izmir, Turkey. **Patterns Of Prejudice**. S.I, p. 363-383. ago. 2019. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0031322X.2019.1615779>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SICCARDI, Francesco. **How Siria Changed Turkey's Foreign Policy**. Carnegie Endowment for International Peace, 2021. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/Siccardi_-_Turkey_Syria-V3.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

SOCHACZEWSKI, Monique. De Atatürk a Erdogan: A república da Turquia em três tempos. **Malala**, São Paulo, v. 6, n. 9, p. 70-90, jul. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/malala/article/view/148426/142093>. Acesso em: 03 jul. 2023

SUNATA, Ulaş; YILDIZ, Esra. Representation of Syrian refugees in the Turkish media. **Journal Of Applied Journalism & Media Studies**. S.I, p. 129-151. mar. 2018

TERRY, Kyilah. The EU-Turkey Deal, Five Years On: A Frayed and Controversial but Enduring Blueprint. **Migration Information Source**. Washington, abr. 2021. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/eu-turkey-deal-five-years-on#:~:text=In%20March%202021%2C%20nearly%203.7,with%20Europe%2C%20including%20EU%20ascension>. Acesso em: 02 nov. 2023.

UNHCR. **Global Report 2015: Every life matters**. 2015. Geneva: ACNUR. Disponível em: https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/GR_2015_Eng.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

UNHCR. **Global Trends Report 2022**. 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>. Acesso em: 31 out. 2023.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 30 out. 2023.

VARGAS, Serena. **O processo de secularização na Turquia e a política externa do país durante o governo de Mustafá Kemal (1923–1938)**. 2016. 69 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168609/Monografia%20da%20Serena%20Vargas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2023.

WICHERS, Jamille Adriene Pereira. **O processo de externalização de fronteiras europeias e o Acordo de Devolução com a Turquia**. 2019. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16633/1/JAPW06122019.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

WORLD BANK. **The Toll of War: Economic and Social Impact Analysis (ESIA) of the Conflict in Syria- Key Facts**. 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/syria/brief/the-toll-of-war-economic-and-social-impact-analysis-esia-of-the-conflict-in-syria-key-facts>. Acesso em: 31 out. 2023.

YILDIRIM, Sümeyye; YURTDAS, Göklem Tekdemir. Social Construction of Syrian Refugees in Daily Speech in Turkey: Interpretative Repertoires and Social Media. **Middle East Journal Of Refugee Studies**, S.I, v. 1, n. 1, p. 103-122, spring 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/36336845/MEJRS_1_1_Social_Construction_of_Syrian_Refugees_in_Daily_Speech_in_Turkey_Interpretative_Repertoires_and_Social_Media. Acesso em: 06 nov. 2023